



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 19

SEXTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 08, DE 1995

Aprova os textos do Acordo de Criação da Associação dos Países Produtores de Café e do Plano de Retenção de Café, assinados em Brasília, em 24 de setembro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos do Acordo de Criação da Associação dos Países Produtores de Café e do Plano de Retenção de Café, assinados em Brasília, em 24 de setembro de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ACORDO DE CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAÍSES PRODUTORES DE CAFÉ

PREÂMBULO

Os países produtores de café signatários do presente Acordo, convencidos de que devem buscar a legítima valorização dos seus produtos de exportação no mercado internacional, sem perder de vista o interesse do consumidor, e manter livres de flutuações excessivas a renda agrícola e as receitas cambiais derivadas da venda desses produtos;

Considerando a impotência que a produção e a exportação de café representam para a economia de um grande número de países em desenvolvimento,

Conscientes de que é necessária a cooperação dos países produtores com vistas ao equilíbrio entre a oferta e a demanda de café, e à obtenção de preços remunerativos para os países produtores;

Inspirados pela determinação comum desses países de assegurar o progresso social e melhorar as condições de vida de seus povos;

Decididos a reforçar os laços que os unem, por meio da criação de uma organização de países produtores de café que contribua para o alcance dos propósitos enunciados;

Concordam com o seguinte:

CAPÍTULO I

Da Associação e dos seus Objetivos

Artigo 1 – Fica criada a Associação dos Países Produtores

de Café (APC).

Artigo 2 – A Associação terá os seguintes objetivos:

- a) promover a coordenação de políticas cafeeiras entre os Membros;
- b) promover o aumento do consumo de café nos países produtores e consumidores;
- c) buscar um equilíbrio entre a oferta e a demanda mundiais de café, com vistas à obtenção de preços justos e remunerativos;
- d) promover a melhoria das qualidades do café;
- e) contribuir para o desenvolvimento dos países produtores e a elevação do nível de vida de seus povos;
- f) outras atividades relacionadas com as indicadas nas alíneas precedentes.

CAPÍTULO II Das Definições

Artigo 3 – Para os efeitos do presente instrumento ficam adotadas as seguintes definições:

"Acordo": Acordo de Criação da Associação dos Países Produtores de Café.

"Regulamentos": os regulamentos da Associação.

"Associação": a Associação dos Países Produtores de Café.

"Conselho": o Conselho da Associação de Países Produtores de Café.

"Comitê": o Comitê Administrativo da Associação.

"Membro": uma parte contratante; país participante da As-

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

sociação ou um Grupo-Membro.

"Maioria simples": a maioria dos votos depositados pelos Membros presentes e votantes.

"Maioria de dois terços": a maioria de dois terços dos votos depositados pelos Membros presentes e votantes.

"Ano cafeeiro": o período de um ano, de 1º de outubro a 30 de setembro.

CAPÍTULO III**Dos Membros**

Artigo 4 – São Membros da Associação:

a) os países que tenham subscrito e aceito, aprovado ou ratificado o presente Acordo;

b) os países produtores de café que adiram ao presente Acordo;

c) um Grupo-Membro constituído por países que tenham aderido coletivamente ao presente Acordo.

No quadro do presente Acordo, toda referência a um Membro deverá incluir a Organização Interafricana do Café ou qualquer outra Organização Intergovernamental dotada de responsabilidades comparáveis em matéria de café. Tal Organização Intergovernamental não terá voto, porém, na eventualidade de que surjam questões que relevem de sua competência, terá direito a participar das discussões em todos os níveis.

CAPÍTULO IV**Da Sede e da Estrutura**

Artigo 5 – O Conselho decidirá o local em que a Associação terá sua sede.

Artigo 6 – A Associação terá a seguinte estrutura:

a) Conselho;

b) Comitê Administrativo;

c) Secretaria.

CAPÍTULO V**Do Conselho**

Artigo 7 – O Conselho é a autoridade suprema da Associação e será composto por todos os Membros.

Cada Membro nomeará um representante no Conselho e, se assim o desejar, um ou mais suplentes. Cada Membro poderá designar um ou mais assessores.

Artigo 8 – O Conselho terá um Presidente, um Primeiro-Vice-Presidente e três Vice-Presidentes, escolhidos entre os representantes dos Membros das quatro principais regiões produtoras de café, e eleitos pelo próprio Conselho por um período de dois anos cafeeiros. Poderão ser reeleitos por um período adicional.

CAPÍTULO VI**Do Comitê Administrativo**

Artigo 9 – O Comitê Administrativo será composto por 8 (oito) membros, de modo a garantir adequada representação dos países produtores e de suas regiões. O Conselho determinará normas sobre esta matéria.

Artigo 10 – O Conselho elegerá um Presidente e um Vice-Presidente do Comitê, por um período de dois anos cafeeiros.

CAPÍTULO VII**Da Secretaria e do Pessoal**

Artigo 11 – A Secretaria da Associação será presidida pelo Secretário-Geral, nomeado pelo Conselho por recomendação do Comitê Administrativo. O Conselho estabelecerá as condições de contratação do Secretário-Geral.

Artigo 12 – O Secretário-Geral servirá como principal funcionário executivo da Associação.

Artigo 13 – O Secretário-Geral, no desempenho de suas funções, ficará sujeito às normas do presente Acordo, aos Regulamentos e às decisões do Conselho e do Comitê.

Artigo 14 – O Secretário-Geral nomeará os funcionários da Associação, de conformidade com as disposições aprovadas pelo Conselho.

Artigo 15 – Nem o Secretário-Geral, nem os integrantes do pessoal poderão ter interesses financeiros na produção, na indústria, no comércio ou no transporte de café.

Artigo 16 – No exercício de suas funções, o Secretário-Geral e os membros do pessoal não solicitarão nem receberão instruções de nenhum Membro, nem de nenhuma autoridade que não a Associação; e se absterão de atuar de maneira incompatível com o caráter internacional de suas funções.

Artigo 17 – Cada um dos Membros se compromete a respeitar o caráter exclusivamente internacional das funções do Secretário-Geral e do pessoal, e a não buscar influir sobre eles no desempenho de suas funções.

CAPÍTULO VIII**Dos Poderes e das Funções do Conselho**

Artigo 18 – O Conselho tem todos os poderes necessários para que sejam cumpridas as disposições do presente Acordo. Administrará tais disposições e supervisionará as operações da Associação.

Artigo 19 – O Conselho estabelecerá os Regulamentos que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos e o funcionamento da Associação, bem como para colocar em prática suas pró-

prias resoluções e decisões.

CAPÍTULO IX

Da Competência do Comitê Administrativo

Artigo 20 – O Comitê estará subordinado ao Conselho e atuará sob a sua direção geral.

Artigo 21 – O Comitê será responsável pelas operações da Associação e deverá velar pelo eficiente e adequado andamento dos seus membros.

Artigo 21 – O Comitê poderá criar comitês e grupos de trabalho necessários para examinar as matérias relativas aos objetivos da Associação.

Artigo 23 – O Conselho poderá delegar ao Comitê, por maioria de dois terços, o exercício da totalidade ou parte de seus poderes, salvo os que se enumeram no artigo 40.

Artigo 24 – O Conselho poderá revogar a qualquer momento, por maioria simples, qualquer dos poderes que haja delegado ao Comitê.

CAPÍTULO X

Das Sessões do Conselho

Artigo 25 – O Conselho terá, por regra geral, um período ordinário de sessões em cada ano cafeeiro. Poderá ter, também, períodos extraordinários de sessões, se assim o decidir.

Artigo 26 – O Conselho reunir-se-á em sessão extraordinária por convocação do Presidente do Conselho ou a pedido do Comitê, ou de um número de Membros que representem pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos.

Artigo 27 – A convocação dos períodos de sessão será notificada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, salvo em casos de emergência.

Artigo 28 – A menos que o Conselho decida em sentido contrário, as sessões celebrar-se-ão na sede da Associação.

Artigo 29 – O Conselho poderá convidar observadores de outros organismos internacionais ou representantes de Governos de países não-membros, para participar de suas reuniões.

CAPÍTULO XI

Das Reuniões do Comitê

Artigo 30 – O Comitê reunir-se-á por decisão própria ou por convocação do seu Presidente.

Artigo 31 – O Comitê reunir-se-á na sede da Associação, mas poderá reunir-se em outro lugar.

CAPÍTULO XII

Dos Votos e das Representações

Artigo 32 – Os Membros terão um total de 1.000 (mil) votos.

Artigo 33 – Cada Membro terá 5 (cinco) votos básicos, sempre que o total de tais votos não exceda a 200 (duzentos). Se houver mais de 40 (quarenta) Membros, a ajustar-se-á o número de votos básicos de cada Membro com o objetivo de que o número de votos básicos não sugere o máximo de 200 (duzentos).

Artigo 34 – Os votos restantes dos Membros serão distribuídos em proporção ao volume médio de suas respectivas exportações de café a todo destino, nos quatro anos civis mais recentes.

Artigo 35 – O Conselho efetuará a distribuição dos votos, em conformidade com as disposições deste Capítulo, ao começo de cada ano cafeeiro, e tal distribuição permanecerá em vigor durante esse ano, com a reserva do disposto no artigo seguinte.

Artigo 36 – O Conselho disporá do necessário para a distribuição dos votos, em conformidade com o disposto neste Capítulo, cada vez que varie a afiliação, a Associação, se suspenda o direito de voto de algum Membro ou se restabeleça tal direito, em

razão de dispositivos do presente Acordo.

Artigo 37 – Nenhum Membro poderá ter mais de 250 (duzentos e cinquenta) votos. Os votos não são fracionáveis.

Artigo 38 – Um Membro poderá autorizar, por escrito, outro Membro a representar seus interesses e exercer seu direito de voto em qualquer reunião do Conselho, nos termos especificados na autorização.

CAPÍTULO XIII

Das Decisões do Conselho e do Comitê

Artigo 39 – O Conselho, sempre que possível, adotará suas decisões e formulará suas recomendações por consenso.

Se houver votação, as decisões serão adotadas e as recomendações serão formuladas por maioria simples, exceto nas decisões para as quais esteja prevista uma maioria diferente no presente Acordo.

Artigo 40 – As resoluções e as decisões do Conselho sobre as matérias, a seguir indicadas, serão adotadas por maioria de dois terços:

- a) medidas relativas ao equilíbrio do mercado e à coordenação de políticas de produção;
- b) aprovação do orçamento;
- c) determinação da contribuição dos Membros;
- d) instituição dos Fundos que possam ser criados pela Associação;
- e) sanções;
- f) estabelecimento das condições de adesão ao presente Acordo;
- g) interpretação do Acordo e dos Regulamentos;
- h) dissolução da Associação e término do Acordo;
- i) emendas ao Acordo.

Artigo 41 – As decisões do Comitê serão adotadas pela mesma maioria que é requerida para sua adoção pelo Conselho.

CAPÍTULO XIV

Do QUORUM para as Reuniões do Conselho e do Comitê

Artigo 42 – O quorum para qualquer reunião do Conselho será constituído pela presença da maioria dos seus Membros que representem dois terços do total dos votos.

Artigo 43 – O quorum para as reuniões do Comitê será constituído pela presença de uma maioria dos Membros que representem dois terços do total dos votos.

CAPÍTULO XV

Da Personalidade Jurídica, dos Privilégios e Imunidades e da Cooperação com outros Organismos

Artigo 44 – A Associação terá personalidade jurídica. Gozará de capacidade legal para contratar, adquirir e alienar bens móveis e imóveis, e para iniciar procedimentos administrativos e judiciais.

Artigo 45 – O Governo do país sede da Associação outorgará privilégios e imunidades à Associação, ao Secretário-Geral e ao pessoal, e às representações dos Membros, que sejam necessários para o desempenho de suas funções. Com esse fim, o referido Governo celebrará um acordo com a Associação.

Artigo 46 – A menos que se apliquem outras disposições sobre impostos em razão do acordo previsto no artigo 45, o Governo do país sede da Associação concederá:

- a) isenção de impostos sobre a remuneração paga pela Associação a seu pessoal; e
- b) isenção de impostos sobre haveres, rendas e demais bens

da Associação.

Artigo 47 – A Associação poderá, se assim o considerar necessário, negociar com os Membros um acordo sobre privilégios e imunidades das representações dos Membros, e do pessoal da Associação e dos peritos por ela nomeados, relativos ao tempo em que estes permaneçam no território de um Membro no exercício de suas funções.

Artigo 48 – A Associação poderá estabelecer acordo de consulta e cooperação com outros organismos vinculados ao café.

CAPÍTULO XVI

Das Disposições Financeiras Do Orçamento e das Contribuições

Artigo 49 – As despesas das delegações dos Membros serão por estes custeadas.

Artigo 50 – As despesas da Associação para o cumprimento dos seus objetivos e a administração do presente Acordo serão custeadas por meio de contribuições dos Membros.

A Associação poderá, no entanto, cobrar pela prestação de certos serviços como definido pelo Comitê.

Artigo 51 – O exercício financeiro da Associação coincidirá com o ano cafeeiro.

Artigo 52 – Durante o segundo semestre do exercício financeiro, o Conselho aprovará o orçamento da Associação para o exercício seguinte e fixará a contribuição de cada membro para o referido exercício.

Artigo 53 – A contribuição de cada Membro para cada exercício financeiro será proporcional à relação que exista entre o número de seus votos e a totalidade dos votos de todos os Membros.

Artigo 54 – A contribuição inicial de todo Membro que ingressar na Associação após a entrada em vigor do presente Acordo será determinada pelo Conselho em função do número de votos que lhe corresponda e do período não transcorrido do exercício financeiro em curso, mas, em nenhum caso, serão modificadas as contribuições fixadas aos demais Membros para o exercício financeiro de que se trate.

Artigo 55 – As contribuições ao orçamento da Associação serão efetuadas em moeda livremente conversível e serão exigíveis no primeiro dia do exercício financeiro.

Artigo 56 – Se algum Membro não pagar sua contribuição integral ao orçamento da Associação ao final de três meses, a partir da data em que esta for exigível, terá suspensos todos os seus direitos, até que venha a pagar a totalidade de sua contribuição; o que não eximirá do cumprimento das demais obrigações.

CAPÍTULO XVII

Da Observância Obrigatória e das Sanções

Artigo 57 – São de observância obrigatória para todos os Membros as disposições deste Acordo, os Regulamentos e as decisões do Conselho e do Comitê, tomadas no âmbito de suas atribuições.

Artigo 58 – Se houver infração de alguma dessas normas por parte de um Membro, o caso será julgado pelo Conselho.

Artigo 59 – Se o Conselho constatar a infração, deverá impor ao Membro infrator, por maioria de dois terços, uma das seguintes sanções, conforme a gravidade da infração:

a) suspensão do direito de voto do Membro, por um período determinado;

b) suspensão da elegibilidade do Membro, por um período determinado, para participar do Conselho, do Comitê ou de qualquer de seus Comitês ou Grupos de Trabalho;

c) exclusão do Membro, quando a infração houver prejudi-

cado, significativamente, os interesses da Associação. O Membro será oficialmente excluído da Associação 60 (sessenta) dias após a decisão do Conselho nesse sentido.

CAPÍTULO XVIII

Da Liquidação de Contas

Artigo 60 – Qualquer acordo com um Membro excluído requererá a aprovação do Conselho. As quantias já pagas por um Membro excluído continuarão pertencendo à Associação. Em qualquer circunstância, o Membro excluído ficará obrigado a pagar qualquer quantia que deva à Associação, no momento de ser efetivada sua exclusão.

Artigo 61 – Um Membro excluído da Associação não participará da partilha dos bens da Associação.

CAPÍTULO XIX

Da Interpretação

Artigo 62 – É competência do Conselho a interpretação do Acordo e dos Regulamentos. Qualquer decisão sobre esta matéria será adotada por maioria de dois terços.

CAPÍTULO XX

Das Disposições Finais

Artigo 63 – **Assinatura.** O presente Acordo é firmado por países participantes da reunião em que foi adotado o seu texto e fica aberto à assinatura de qualquer país produtor de café, no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Artigo 64 – **Aceitação, aprovação e ratificação.** O presente Acordo fica sujeito a aceitação, aprovação ou ratificação dos Governos dos signatários.

O instrumento de aceitação, aprovação ou ratificação deverá ser depositado no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Artigo 65 – **Entrada em vigor.** O presente Acordo entrará em vigor quando os Governos de países signatários que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das exportações de café a todo destino nos anos cafeeiros 90/91 e 91/92, com base nas estatísticas da OIC, houverem depositado seus respectivos instrumentos de aceitação, aprovação ou ratificação no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

A notificação de um Governo signatário, depositada no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, na qual se estabeleça o compromisso de aplicar provisoriamente o presente Acordo e de tomar as medidas internas com vistas à sua aceitação, aprovação ou ratificação, de conformidade com seus procedimentos constitucionais, terá o mesmo efeito que o respectivo instrumento.

Os Governos signatários que tenham depositado a citada notificação serão considerados partes provisórias do Acordo.

Artigo 66 – **Facilidades.** O Conselho determinará as medidas necessárias a fim de dar facilidades aos Governos signatários para serem partes do presente Acordo.

Artigo 67 – **Adesão.** Qualquer país produtor de café que não tenha assinado o presente Acordo poderá aderir a este nas condições que o Conselho estabeleça.

Artigo 68 – **Reservas.** Não poderão ser formuladas reservas com respeito a qualquer das disposições do presente Acordo.

Artigo 69 – **Retirada voluntária.** Todo Membro poderá retirar-se da Associação desde que notifique o Conselho por escrito.

O desligamento do Membro terá efeito 60 (sessenta) dias a partir do recebimento, pelo Conselho, da notificação.

Artigo 70 – **Acerto de Contas.** No caso de saída voluntária de um Membro, este e a Associação efetuarão acerto de contas, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias estipulado no artigo precedente.

Artigo 71 – Emendas.

1. O Conselho pode, por maioria de dois terços, recomendar aos Governos dos Membros emendas ao presente Acordo.

2. As emendas entrarão em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após os Governos dos Membros que representem pelo menos 80% (oitenta por cento) do total de votos dos Membros terem depositado junto ao Secretário-Geral sua aceitação da emenda.

3. O Conselho fixará o prazo em que os Membros deverão notificar sua aceitação da emenda. Se, após a expiração deste prazo, não houver sido cumprido o requisito do percentual de votos para a entrada em vigor da emenda, considerar-se-á retirada a emenda.

4. O Secretário-Geral comunicará aos Governos dos Membros se a emenda entrou em vigor, ou seja, pela ausência dos requisitos necessários, foi retirada.

5. Qualquer Governo dos Membros que não tenha notificado sua aceitação de uma emenda aprovada, no prazo fixado pelo Conselho, deixará de ser parte deste Acordo, desde a data em que entre em vigor a emenda.

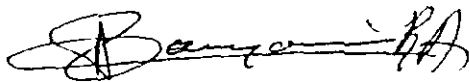
Artigo 72 – Duração e Término.

1) O presente Acordo terá vigência indefinida.

2) O Conselho poderá, a qualquer momento, por maioria de dois terços dos Membros declarar dissolvida a Associação e terminado o presente Acordo.

3) Apesar da dissolução da Associação e do término do presente Acordo, o Conselho continuará a existir durante o tempo necessário para liquidar a Associação e dispor dos seus haveres, e terá, durante o referido período, todas as faculdades que sejam necessárias para tanto.

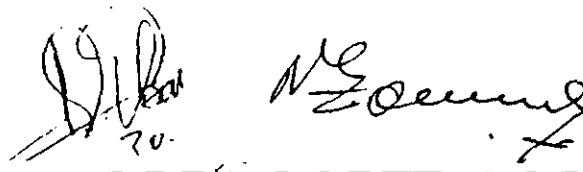
Em fé do que, os representantes dos Governos dos países produtores, cujos nomes aparecem a seguir, firmam o presente Acordo da Associação de Países Produtores de Café, em 4 (quatro) originais nos idiomas espanhol, francês, em Brasília, em 24 de setembro de 1993.



REPÚBLICA DO BURUNDI
Cyprien Ntaryamira
Ministro da Agricultura e Pecuária



REPÚBLICA DO CAMEROON
Martin Mbarga Nguele
Embaixador no Brasil



REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA
André Nzapayeke
Ministro do Desenvolvimento Rural



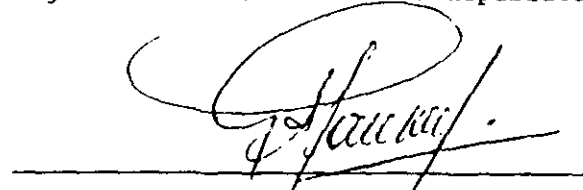
REPÚBLICA DA COLÔMBIA
Juan Manuel Santos,
Ministro do Comércio Exterior



REPÚBLICA DO CONGO
Grégoire Lefouoba
Ministro da Agricultura e Pecuária



REPÚBLICA DA COSTA RICA
Arnóldo Lopez Échandi
Segundo Vice-Presidente da República



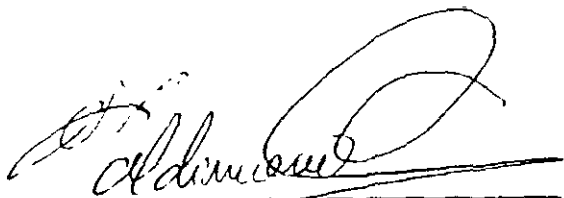
REPÚBLICA DE CÔTE D'IVOIRE
Guy-Alain Gauze
Ministro dos Produtos de Base



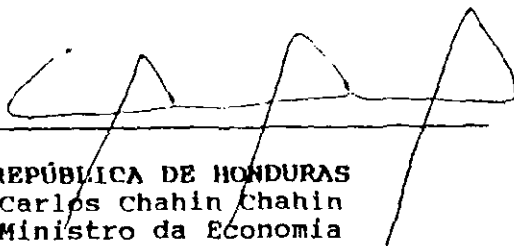
REPÚBLICA DE EL SALVADOR
Herbert de Sola
Representante Permanente junto à
Organização Internacional do Café



REPÚBLICA DA GUATEMALA
René Montes Cobar
Representante Permanente
Junto à Organização Internacional
do Café



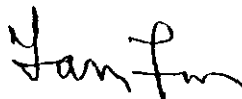
REPÚBLICA DO EQUADOR
César Valdivieso
Embaixador no Brasil



REPÚBLICA DE HONDURAS
Carlos Chahin Chahin
Ministro da Economia



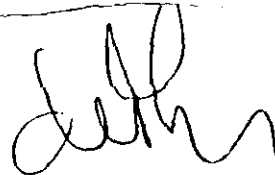
GOVERNO PROVISÓRIO DA ETIÓPIA
Hassen Abdella
Ministro do Desenvolvimento do
Café e do Chá



REPÚBLICA DA INDONÉSIA
Sjarifudin Baharsjah
Ministro da Agricultura



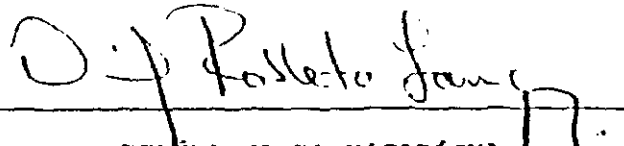
REPÚBLICA GABONESA
Fabien Ovono-Ngoua
Diretor Geral da Caixa de
Estabilização e Equalização



REPÚBLICA DE MADAGASCAR
Martin-Marie Nzie
Secretário Geral da OAMCAF

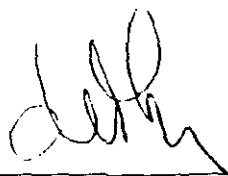


REPÚBLICA DE GANA
Michael C. K. Hamenoo
Embaixador no Brasil




REPÚBLICA DA NICARÁGUA
David Robleto Lang
Presidente Executivo da Comissão
Nacional Do Café

REPÚBLICA FEDERAL, NIGÉRIA
Godswill E. Ukpabio
Diretor Assistente do Departamento
Agrícola Financeiro do Banco Central



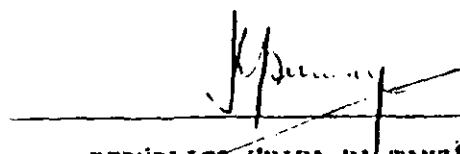
OAMCAP
Martin-Marie Nzle
Secretário-Geral da Organização Africana
e Malgaxe do Café



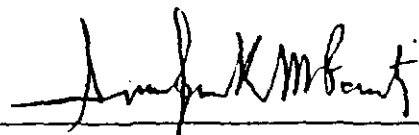
REPÚBLICA DO QUÊNIA
Peter Ellud Mutua Maundu
Vice-Ministro da Agricultura,
Desenvolvimento da Pecuária e Marketing



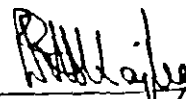
REPÚBLICA DE RUANDA
Frederic Nzamurambaho
Ministro da Agricultura e da Pecuária



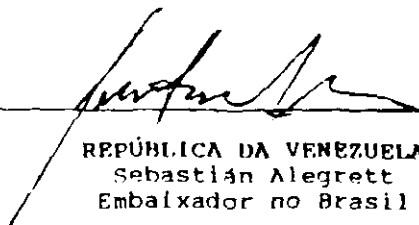
REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA
Frederick T. Sumaye
Vice-Ministro da Agricultura



REPÚBLICA TOGOLESA
Kweku Mensah SIMONS DE FANTI
Ministro do Comércio e dos Transportes



REPÚBLICA DE UGANDA
Richard Kaijuka
Ministro do Comércio e Indústria



REPÚBLICA DA VENEZUELA
Sebastián Alegré
Embaixador no Brasil

REPÚBLICA DO ZAIRE
Cleophas Kamitatu Massamba
Vice-Primeiro Ministro e Ministro da
Agricultura e do Desenvolvimento Rural,

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal, aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 06, DE 1995

Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$150.000.000,00, equivalentes a R\$150.000.000,00, em 1º de julho de 1994.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), equivalente a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), em 1º de julho de 1994.

§ 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a conceder garantia à operação autorizada neste artigo.

§ 2º A operação de crédito externo autorizada neste artigo destina-se ao financiamento parcial do Programa de Racionalização do Sistema de Educação, a cargo da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, nos termos estabelecidos no inciso III do artigo 1º da Lei Estadual nº 10.890, de 22 de outubro de 1992.

Art. 2º A operação de crédito autorizada se realizará sob as seguintes condições:

a) **valor pretendido:** R\$150.000.000,00 equivalente a US\$ 150.000.000,00, em 1º de julho de 1994;

b) **contragarantia:** as definidas no parágrafo único, do art. 8º, da Lei Estadual nº 10.890, de 22 de outubro de 1992, que autorizou a operação;

c) **garantidor:** República Federativa do Brasil;

d) **destinação dos recursos:** Programa de Racionalização do Sistema de Educação no Estado de Minas Gerais;

e) **juros:** 0,5% a.a. acima do custo dos **qualified borrowings** contados do semestre precedente;

f) **comissão de compromisso:** 0,75% a.a. sobre o montante não desembolsado, contada a partir de sessenta dias após a data da assinatura do contrato;

g) **condições de pagamento:**

– **do principal:** em vinte prestações semestrais, iguais e consecutivas, no valor de US\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos) cada uma, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 1999 e a última em 15 de abril de 2009;

– **dos juros:** semestralmente vencidos, em 15 de abril de 15 de outubro de cada ano;

– **da comissão de compromissos:** semestralmente vencida, em 15 de abril de 15 de outubro de cada ano.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

SUMÁRIO

1- ATA DA 43ª SESSÃO, EM 26 DE JANEIRO DE 1995

1.1- ABERTURA

1.2- EXPEDIENTE

1.2.1- Requerimentos

Nº 139, de 1995, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 1, 2, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e 23 do corrente. **Aprovado.**

Nº 140, de 1995, de autoria do Senador Darcy Ribeiro, solicitando que seja considerado como licença autorizada o período de 1º a 25 de janeiro do corrente ano. **Aprovado.**

Nº 141, de 1995, de autoria do Senador Ruy Bacelar, solicitando que seja considerado como licença autorizada o período de 1 a 25 do mês de janeiro. **Aprovado.**

1.2.2- Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Defendendo-se das acusações da Imprensa pelo uso indevido de sua cota para impressões na Gráfica do Senado Federal. Notícia do **Correio Brasiliense**, edição de 25.01.95, intitulada "Lucena é condecorado com medalha da Justiça".

SENADOR JOAQUIM BEATO – Balanço positivo das realizações governamentais no Estado do Espírito Santo.

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Apelando ao Ministro das Minas e Energia, Sr. Raimundo Britto, providências urgentes para que as empresas estatais de energia elétrica do Nordeste equacionem, o quanto antes, suas dívidas junto à Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF.

SENADOR JOSÉ PEDRO – Reflexão crítica sobre a responsabilidade da classe política e do Senado Federal pelo seu descrito junto à opinião pública.

SENADOR EPITÁCIO CAFETEIRA – Encaminhando à consideração da Mesa a **Indicação nº 1, de 1995**, de sua autoria, no sentido de que a ala destinada às novas instalações da Subsecretaria de Assistência Médica e Social receba o nome de Senador Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE – Associando-se a indicação formulada pelo Sr. Epitácio Cafeteira para homenagear o Senador Lourival Baptista.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Agradecendo a homenagem prestada a sua pessoa na presente sessão.

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Homenagem póstuma ao empresário Sebastião Ferraz Camargo Penteado por sua grande contribuição social à frente do Grupo Camargo Corrêa.

SENADOR MAURO BENEVIDES – Reivindicando a localização da nova Refinaria da Petrobrás no Estado do Ceará. Sugerindo o nome do ex-Senador Virgílio Távora para designação da nova Refinaria.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO – Defesa do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União. Críticas ao Sr. Bresser Pereira à frente da Secretaria da Administração.

SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Homenagem ao Senador João Calmon, pela dedicação de S.Exa. à causa da Educação no Brasil. Encaminhando à Mesa a **Indicação nº 2, de 1995**, de sua autoria, que propõe designar a sala da Comissão de Educação de "Sala João Camon".

O SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens prestadas ao Sr. João Calmon.

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Declínio da popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conforme dados e pesquisa de opinião pública. Críticas à decisão presidencial de vetar o valor atualizado do salário-mínimo. A questão de irregularidades nas desapropriações na Rodovia Carvalho Pinto, obra do Governo Fleury Filho.

SENADOR ÁUREO MELLO – Considerações sobre proposições de S.Exa. que defendem reservas ecológicas no Estado do Amazonas.

SENADOR JOÃO FRANÇA – Program de saneamento financeiro nos bancos estaduais. Considerações sobre a intervenção do Banco Central nos bancos estatais.

SENADOR MARCO LÚCIO – Considerações sobre a precariedade da saúde pública no Brasil.

1.2.3– Requerimentos

Nº 142, de 1995, de autoria do Senador João França, solicitando autorização para ausentar-se do País, no período de 3 a 13 de fevereiro. **Aprovado.**

Nº 143, de 1995, de autoria do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 23, 30 e 31 do mês de janeiro. **Aprovado.**

Nº 144, de 1995, de autoria do Senador Carlos De'Carlo, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 3 a 25 de janeiro de 1995. **Aprovado.**

1.2.4– Comunicação

De autoria do Senador João França, de ausência do País no período de 3 a 13 de fevereiro de 1995.

1.2.5– Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do artigo 174 do Regimento Interno.

1.2.6– Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2– ENCERRAMENTO

3– MESA DIRETORA

4– LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5– COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 43ª Sessão em 26 de janeiro de 1995

11ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Chagas Rodrigues,

Júlio Campos, Nabor Jr. e Esperidião Amin

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa – Aluizio Bezerra – Chagas Rodrigues – Cid Sabóia de Carvalho – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Epitácio Cafeteira – Eva Blay – Fernando Bezerra – Francisco Rollemberg – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Irapuan Costa Júnior – Jarbas Passarinho – João Calmon – João França – João Rocha – Joaquim Bueno – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – Joel de Hollanda – José Pedro – Júlio Campos – Lavoisier Maia – Lourival Baptista – Lucídio Portella – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Lúcio – Marluce Pinto – Mauro Benevides – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Ney Maranhão – Odacir Soares – Pedro Teixeira – Rachid Saldanha Derzi – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Ruy Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – A lista de presença acusa o comparecimento de 41 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 139, DE 1995

Sr. Presidente:

Nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno, solicito a V. Exª que seja considerada como Licença autorizada os dias 1º,

2, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 20 e 23 do corrente mês, período em que estive ausente dos trabalhos desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Jutahy Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 140, DE 1995

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª seja considerada como licença autorizada, a minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 1º a 25 de janeiro do corrente ano, quando estive afastado atendendo a compromissos no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Darcy Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 141, DE 1995

O Senador que este subscreve, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento, requer a V. Exª se digne conceder licença autorizada para os dias 1 a 25 do mês de janeiro, por estar ausente tratando

de assuntos, partidários, na condição de Presidente Regional do PMDB-BA.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Brasília, 26 de janeiro de 1995. — Senador **Ruy Bacelar**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uso a Tribuna do Senado, nesta tarde, para prestar um breve esclarecimento sobre matéria já exaustivamente explorada, especulada e até distorcida pela imprensa, mas, recentemente, resolvida, em definitivo, por decisão das duas Casas do Congresso Nacional, onde tramitou esse assunto, que também foi motivo de análise e julgamento na área do Judiciário.

Não pretendo reabrir o debate sobre o assunto que envolve aspectos legais, éticos, administrativos e de prerrogativas, mas tão-somente, a bem da verdade, da versão correta do fato que me diz respeito. O homem público, Sr. Presidente, na minha opinião, tem o dever cívico de se defender, de clarificar qualquer detalhe que possa minar sua credibilidade, principalmente quando o seu principal patrimônio político é a honradez de seu nome. Estou me referindo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, à polêmica levantada em torno da utilização da quota pessoal de impressão na gráfica do Senado pelos membros desta Casa. Já se debateu, à exaustão, o histórico de quase 30 anos dessas quotas, destinadas ao apoio da atividade parlamentar. Há alguns anos tenho imprimido calendários, cujas distribuições faço pessoalmente ou por intermédio de correligionários, sem utilizar tarifas postais. Cadernos também mandei imprimir, para distribuição aos alunos carentes das escolas públicas, principalmente no interior, mas sem nenhum apelo eleitoral. Gostaria de lembrar que, antigamente, o Ministério da Educação fazia a distribuição do seu programa de bolsas de estudo por intermédio dos Parlamentares, que recebiam uma certa quantidade de formulários para atender às necessidades das populações nos Estados. Não somente os valores dessas bolsas de estudo foram defasando até quase se anularem, como também, pouco depois, deixaram de ser distribuídas a Deputados e Senadores, ficando a população a cobrar do Parlamentar qualquer ajuda material para manter os filhos na escola. O caderno, um impresso de custo baixo pelas suas próprias peculiaridades de ausência de texto, pode ter surgido dessa necessidade de se ajudar os que nos procuravam.

Cadernos e calendários imprimi e distribuí com intenção de assistir e ajudar aos que me procuravam, aos quais não podia dar emprego e, nos últimos anos, nem a perspectiva de uma bolsa de estudo. Mas em nenhum desses impressos coloquei "Senador" ou "Vote em Lourival Baptista para Senador".

Tenho a minha consciência tranquila de não ter utilizado de nenhum recurso público para me promover ou me tornar conhecido no Estado, pois lá, há muitos anos, todos me conhecem e sabem quem eu sou, e, se não fui eleito por falta de 2% de votos, não foi por nenhuma censura do eleitorado pelo fato de o meu nome ter sido envolvido nesta questão.

As acusações feitas ao nome honrado e digno do nobre Senador Humberto Lucena, tão injustificado pelo noticiário que não o conhece tão bem, o povo da Paraíba, há muitos anos beneficiário do trabalho extraordinário que vem desenvolvendo para o progresso e desenvolvimento do Estado, o consagrou nas urnas com meio milhão de votos, e nenhum juiz é mais rigoroso do que as urnas, que têm a sabedoria da consciência coletiva, mesmo sendo um

pouco vulnerável nos veículos formadores de opinião.

O **Correio Braziliense**, de ontem, dia 25, relaciona meu nome entre vários Parlamentares, com os seguintes dizeres: "Os outros Senadores que já reembolsaram a Gráfica são:....., Lourival Baptista 13 mil reais".

Gostaria de esclarecer que, no dia 22 de setembro de 1994, antes da eleição, quando se debatia na imprensa a questão dos impressos, mesmo antes de ser notificado pela Justiça Eleitoral, dirigi ao Diretor Executivo da Gráfica do Senado o seguinte expediente, que passo a ler:

Tendo em vista a repercussão e a polêmica levantada ultimamente, em termos da utilização do serviço gráfico do Senado Federal em confecções de cartões de Natal, calendários, folhinhas, cadernos, etc, e que tenham sido enviados aos cidadãos dos Estados nos quais os Parlamentares possuem domicílio eleitoral, embora estando consciente do amparo regimental — por resoluções e decisões da Mesa do Senado Federal — para a confecção do material solicitado, estritamente dentro da quota anual a todos destinada, para evitar maiores desgastes neste período eleitoral e não alimentar qualquer tentativa de relacionar-se o objetivo destes impressos com propósitos eleitorais, solicito-lhe seja determinada a emissão de fatura para pagamento imediato de todos os custos, sem qualquer subsídio, referente a todas as confecções gráficas por mim solicitadas no período compreendido entre 29 de setembro de 1993 até a presente data.

Em resposta a esta solicitação fui informado dos valores totais de 21 mil, 660 reais, e não 13 mil reais, ontem noticiado, que recolhi aos cofres da Gráfica do Senado Federal, no dia 28 de setembro de 1994, em dois depósitos feitos em sua conta na agência do Banco do Brasil, conforme recibos em meu poder, com as faturas correspondentes.

O material da campanha, todo ele, conforme faturas e recibos que trouxe aqui no plenário, constantes de "cartazes políticos, calendários com motivos eleitorais" e os chamados "santinhos", na denominação utilizada pela própria indústria de impressão, foram por mim encomendados e impressos pela Gráfica Editora J. Andrade Ltda., sediada em Aracaju.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu, que também tenho o nome honrado e uma reputação consolidada ao longo de quase 50 anos de vida pública, sem nunca ter me envolvido com acontecimentos ou ocorrências suspeitas ou mal explicadas, eu, que nunca fui movido ou promovido politicamente pelo uso do poder econômico, que sempre, em minhas campanhas, utilizei o princípio do meu primeiro slogan como candidato que dizia: "Quem quiser votar de graça, vote em Lourival", me considero no dever de usar a tribuna do Senado, Casa que me honra ter servido por 24 anos, para prestar, a bem da verdade, estes esclarecimentos nesses meus últimos dias de mandato.

A opinião pública, as pessoas que confiaram em mim e a sociedade merecem esta explicação, pois o patrimônio do homem público é a honradez do seu nome e a coerência de suas atitudes.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição da notícia publicada no **Correio Braziliense**, de 25 de janeiro de 1995, intitulada "Lucena é condecorado com a medalha da Justiça", e também dos recibos e faturas a que me referi, emitidos pela Gráfica do Senado e pela Gráfica Editora J. Andrade Ltda. de Aracaju.

Nesta oportunidade quero também me congratular com o eminente representante da Paraíba, o nosso Presidente, agraciado com essa importante distinção da Justiça maranhense, a Ordem de Timbira, pelos relevantes serviços que tem prestado ao País.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Brasília, quarta-feira, 25 de janeiro de 1995.

("ENTRA FOTO")

**LUCENA É CONDECORADO
COM MEDALHA DA JUSTICA**

O Presidente do Congresso, Senador Humberto Lucena (PMDB - PB), cassado pela Justiça Eleitoral por usar os serviços da Gráfica do Senado, para imprimir material de campanha, foi homenageado ontem em seu gabinete com uma das mais altas comendas da Justiça maranhense.

Ele recebeu a medalha da Ordem Timbira, do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão.

"Acredito ser um reconhecimento pelos serviços que tenho prestado ao País, sobretudo à Justiça", disse o senador, que foi anistiado pelo Congresso.

Dos cerca de R\$500 mil que a Gráfica espera receber pelos gastos de parlamentares em campanha, apenas um quinto foi pago até agora por sete senadores.

A Lei da Anistia aprovada pelo Congresso obriga os parla-

mentares processados ou condenados pela Justiça Eleitoral a ressarcir à Gráfica os gastos com material de campanha impresso.

O Senador Humberto Lucena quitou seu débito de R\$15.210,00 na sexta-feira passada.

Os outros senadores que já reembolsaram a Gráfica são: Nelson Carneiro (R\$13,3 mil), Lourival Baptista (R\$13 mil), Albano Franco (R\$14 mil), Francisco Rollemberg (R\$11 mil), Alexandre Costa (R\$38 mil) e Marluce Pinto (R\$11 mil).

O governador paraibano Antônio Mariz, também processado, pretendia acertar ontem o débito de R\$10.072,00.

Devedores – São devedores da Gráfica os senadores processados Ney Maranhão (PRN – PE), que tem o mais alto débito, superando os R\$100 mil, Raimundo Lyra (PFL – PB), Carlos Patrocínio (PFL – TO), Epitácio Cafeteira (PPR – MA), Henrique Almeida (PFL – AP), Jonas Pinheiro (PTB – AP), Nelson Wedekin (PDT – SC), Nabor Júnior (PMDB – AC), Aluizio Bezerra (PMDB – AC) e o Deputado Moroni Torgan (PSDB – CE).


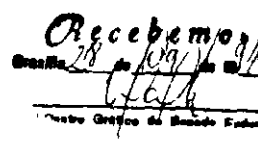
Outros senadores foram apontados como beneficiários da Gráfica em suas campanhas, mas não respondem a processo e, portanto, não são obrigados a ressarcir os serviços gráficos.

São eles: Ruy Bacelar (PMDB - BA), Lavoisier Maia (PDT - RN), Magno Bacelar (PDT - MA) e Guilherme Palmeira (PFL - AL).

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

[illegible]

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

 SENADO FEDERAL CENTRO GRAFICO D.A. SEÇÃO DE CONTABILIDADE		Praça dos Três Poderes - Cx. Postal 1203 Fones: 211 3731 ou 211 3772 BANCO DO BRASIL S/A Ag. PARLAMENTO - 492 703/6 Caixa Econômica Federal Ag. PS-CEGRAF - C/C 920 001-2		NOTA DE COBRANÇA Nº NC- 03078-3 DATA 28 / 09 / 1994	
NOME SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Atende: Senhor Senador. ENDEREÇO SENADO FEDERAL - ANEXO II - GABINETE 56 CIDADE BRASILIA ESTADO: DISTRITO FEDERAL FONE 3027 / 3028 DEVE(M) AO CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL, POR SERVIÇOS EXECUTADOS A IMPORTANCIA: DE R\$ 16.070,00 DESESENTA MIL E SETECENTA REAIS. CORRESPONDENTE AO ORÇAMENTO Nº 04657 / 94. E NOTA DE EMPENHO Nº					
QUANT.	ESPECIFICAÇÃO			UNITARIO	GLOBAL
100.000	Cadernos Escolares, no formato 21 x 27cm. tipificado no ofício 543/94 da Corregedoria Regional Eleitoral de SERGIPE, solicitado em 12/04/94, entregue em 19/05/94, com os custos debitados à época na quota do Senador LOURIVAL BAPTISTA. Pagamento, com os custos totais, a preço de hoje, 28 de setembro de 1994.....				16.070,00
OBSERVAÇÃO C/C: 5536 Pago através da Agência 0452-9 - BANCO DO BRASIL em 28 / 09 / 1994.					
ENC. SETOR		EXERCÍCIO	FEITO POR	LANÇADO	TOTAL
					16.070,00
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA					
 Diretor Geral do Centro Gráfico do Senado Federal					

Recibo

Agência (0452-9)

0452-9

Número do Documento

55560204.4

Recibo

Agência (0452-9)

0452-9

Número do Documento

55560204.4

CEGRAF CENTRO GRAFICO DO SENADO 0452-9	
Emissão em C/D 5.590	Emissão em C/D (Cópia autenticada em)

 BANCO DO BRASIL
 BB 2636010085 280994

5.590.00RC22039

Recibos e documentos autenticados mecanicamente

CEGRAF CENTRO GRAFICO DO SENADO 0452-9	
Emissão em C/D 16.070	Emissão em C/D (Cópia autenticada em)

 BANCO DO BRASIL
 BB 2636010084 280994

16.070.00RC22039

Recibos e documentos autenticados mecanicamente

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR LOURIVAL BAPTISTA

Lourival Baptista		COD. CLIENTE 0410		NF 32407	
QUANT	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Cod. (P)	Cod. (C)	PREÇOS CRS	
				UNITARIO	TOTAL
11	10 - Serviço de cartuchos políticos.	1		11,85	1.185,00
11	10 - Serviço de cartuchos 30x60.	1	1	86,70	867,00
IMPOSTO DE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (Calculado pela Alíquota de 5% CRS)				102,60	2.052,00
DESPESAS ACESSÓRIAS (Por conta do Destinatário)		Frete CRS	Seguro CRS	Total CRS	
Nome do Transportador		Insc. Est.			
Endereço					
Placa do Veículo					
Estado		Município			
Local de Entrega					
MARCA	NÚMERO	QUANTIDADE	ESPECIE	P. LÍQUIDO	P. BRUTO
JCB		15	pacotes	k	k
DUPPLICATAS					
NÚMERO		VENCIMENTO		VALOR CRS	
32407		Avista.		2.052,00	
DATA DE SAÍDA				Nº VENDAS	
13.09.94					

GRAFICA EDITORA J. ANDRADE LTDA.

Rua Lagarto, 322 - Telefone (079) 211-1717
 Fax (079) 211-1715 - CEP 49010-390 - Aracaju - SE
 Insc. Estadual 27.003.760-8
 C.G.C. 13.007.646/0001-42

Rua Lagarto, 322 - Telefone (079) 211-1717
 Fax (079) 211-1715 - Aracaju - SE
 C.G.C. 13.007.646/0001-42
 Insc. Municipal 000.942-7

Nat. da Operação PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ☒ OP ESTADUAL
 Via Transporte rodoviário ☐ OP INTERESTADUAL
 Data da Emissão 13 / 09 / 94

NA FALTA
DE PAGAMENTO
NO VENCIMENTO
SENAO COBRADOS
JUROS LEGAIS
MAIS DESPESAS
BANCARIAS

COD. CLASSIFIC.
 A 4911.99.0302
 B 4911.99.0301
 C 4908.00.0100
 D 4901.10.0100
 E 4902.90.0101
 F 4902.90.0102
 G 4903.00.0000
 H 4907.00.0100
 I 4907.00.0200
 J 4909.00.9900
 L 4910.00.0000
 M 4911.10.0102
 N 4911.99.0200
 O 4911.99.0400
 P 4911.99.0500
 Q 4906.00.0199
 R 4921.10.0000
 S 4919.20.0100

Nº Futura Nº	Nº Futura/Duplicata Valor CRS	Duplicata Nº de Ordem	Vencimento
32407/94	R\$ 2.052,00	32407	Avista.

Descontos de até

Condições Especiais

Nota Fiscal N. 32407 Cobrança:

Nome da Firma Lourival Baptista. Cod. 0410
 Endereço Av Barão de Maruim, Aptº 1102 - Edf. Royal Palace.
 Município 49000-000 Aracaju Estado SE
 Praça do Pagamento Aracaju
 Insc. C.G.C.(M.F.I.Nº) Estadual Nº

VALOR POR EXTENSO **DOIS MIL, CINQUENTA E DOIS REAIS.x.**

A importância desta Nota Fiscal Fatura corresponde aos serviços prestados, conforme discriminação acima. Emitimos para cobertura da presente a respectiva Duplicata, cujo pagamento deverá ser feito à Gráfica Editora J. Andrade Ltda., ou à sua ordem na praça e vencimento acima indicados.

1ª VIA - DESTINATÁRIO

NOTA FISCAL FATURA

SÉRIE A/2 **32407**

ESTA NOTA VALE COMO FATURA PARA TODOS EFEITOS LEGAIS.

Recebemos da GRAFICA EDITORA J. ANDRADE LTDA. os serviços constantes da NOTA FISCAL

DATA DO RECEBIMENTO


ASSINATURA DO COMPRADOR

NOTA FISCAL FATURA

SÉRIE A/2 **32407**

Nº 11.	10	Cartazes Político 4x31 em 04 cores	Nº 12	129,00	1.290,00
Nº 11.	30	Confeção de calendários, impresso em offset.	Nº 13	10,00	300,00

IMPOSTO/SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA Incluído na Alíquota de 5% CHS 100,10				TOTAL DA NOTA	
DESPESAS ACESÓRIAS (Incluído na Alíquota de 5% CHS)				100,10	
Nome do Transportador				32230	
Endereço				1.002,00	
Placa do Veículo					
Estado					
Localidade					
Município					
Data de Emissão				19/08/94	



GRAFICA EDITORA J. ANDRADE LTDA.

Rua Lagarto, 322 - Telefone (079) 211-1717
Fax (079) 211-1715 - EP48010-390 - Aracaju - SE
Insc. Municipal 000.942-7
C.G.C. 13.007.646/0001-42

Rua Lagarto, 322 - Telefone (079) 211-1717
Fax (079) 211-1715 - Aracaju - SE
C.G.C. 13.007.646/0001-42
Insc. Municipal 000.942-7

Nat. da Operação **PRESTACAO DE SERVIÇO**

Via Transporte **rodoviário**

Data de Emissão **19/08/94**

Nº Fatura Nº	Nº Fatura - Unidade	Nº Fatura - Subunidade	Vencimento
32230/94	R\$ 2.002,00	32230	32230

<p>DE PAGAMENTO</p> <p>Nº VENCIMENTO</p> <p>SERÃO COBRADOS</p> <p>JUROS LEGAIS</p> <p>MAIS DESPESAS</p> <p>BANCARIAS</p>	<p>4 VIA - ARQUIVO</p> <p>NOTA FISCAL FATURA</p> <p>SÉRIE A/2</p> <p>32230</p> <p>ESTA NOTA VALE COMO FATURA PARA TODOS EFEITOS LEGAIS.</p>
--	---

<p>Nome da Firma Lourival Baptista</p> <p>Endereço Av Ivo de Prado, 14 centro</p> <p>Município 49000-000 Aracaju</p> <p>Estado SE</p> <p>Placa do Pagamento Aracaju</p> <p>Insc. C.G.C. (M.F.) 000.942-7</p> <p>Entidade ---</p>	<p>Valor por Extensão DOIS MIL E OITENTA E NOIS REAIS, 00/100</p>
---	--

Amplicação desta Nota Fiscal e Fatura corresponde a serviços prestados conforme a comunicação emitida. Em caso de não pagamento, a presente e respectiva Duplicata, cujo valor é de R\$ 2.002,00, é emitida em nome da Grafica Editora J. Andrade Ltda., com a ordem na praça e vencimento acima indicados.

<p>Recebimento da GRAFICA EDITORA J. ANDRADE LTDA., os serviços constantes da NOTA FISCAL</p> <p>DATA DO RECEBIMENTO</p>	<p>NOTA FISCAL FATURA</p> <p>SÉRIE A/2</p> <p>32230</p>
--	---

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Nabor Júnior, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joaquim Beato.

O SR. JOAQUIM BEATO (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, meu mandato está por terminar. Antes de minhas despedidas, que deverão ocorrer em outra ocasião, tenho uma obrigação: a de falar especificamente sobre o Estado que represento, o que está sendo feito lá, o que pode ser feito, enfim, suas perspectivas.

Espremido entre três das maiores potências do País – Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais –, o Estado do Espírito Santo deve o seu progresso não apenas ao trabalho, mas, antes de tudo, ao amor que os capixabas dedicam à sua terra.

É um Estado que começou a se projetar economicamente há quatro décadas, quando se transformou no maior produtor de café do País. Hoje, porém, o café, em decorrência de políticas erradas, adotadas para o setor, não é o carro-chefe de sua economia.

O Espírito Santo é impulsionado, na atualidade, pelo que arrecada, principalmente nos setores siderúrgico, agro-pecuário e de exportação. Mas é e sempre será uma terra promissora.

Pouca gente sabe que o Espírito Santo foi o primeiro Estado a ter todas as sedes dos Municípios interligadas e ligadas à Capital por estradas asfaltadas. Foi também um Estado que alcançou, em outras épocas, recordes na implantação de linhas de eletrificação e telefonia rural. Tem hoje uma grande representatividade em termos nacionais, no que diz respeito à produção pecuária. É, em outras palavras, um Estado que pode muito bem se autofinanciar. Para tanto basta a boa vontade de seus governantes como, também, o gerenciamento íntegro e com uma visão moderna, que todos esperamos do Governo Vitor Buai. Condições e oportunidades não lhe faltam. Se não, vejamos.

Um setor de grande importância para a economia do Espírito Santo, por exemplo, é o turismo. Até há pouco, ele se restringia ao litoral. Agora, os turistas procuram também a região serrana do Estado. Lá, encantadores roteiros ecológicos atraem turistas de todo o País. Com uma temperatura média entre 10 e 20 graus, a região oferece lindas paisagens da Mata Atlântica.

A beleza das serras inclui também o Parque Nacional do Caparaó. É onde fica o Pico da Bandeira, até há poucos anos o ponto mais alto do Brasil. É uma região de rara beleza. Colonizada por emigrantes italianos e alemães, é cortada por asfalto de norte a sul, do leste a oeste. O turismo na região tem colaborado, e muito, para aumentar a receita do Espírito Santo.

Nesta época do ano, o verão, contudo, o turismo restringe-se praticamente ao seu litoral. As praias, de Conceição da Barra a Marataízes, estão repletas. Talvez seja o verão mais movimentado dos últimos tempos em nosso Estado. Turistas de última hora encontram dificuldades de acomodações. Os aviões para Vitória estão sempre lotados. Uma das causas disso é, fora de dúvida, a euforia do Plano Real. Nunca se viu tanta gente nas praias capixabas.

As perspectivas para o turismo no Estado, entretanto, são melhores ainda em decorrência de um convênio firmado entre o Governo Estadual e o Governo da Catalunha-Espanha. O objetivo é, a partir da Espanha, atrair os turistas europeus para o Estado. Para tanto, foram estabelecidas diversas parcerias. São acordos com o SEBRAE, com a Caixa Econômica, Banco do Brasil, BANCDES (que é o Banco de Desenvolvimento do Estado), Política Militar, hotéis, entre outros.

Com isso, e com as campanhas publicitárias, espera-se uma movimentação maior, não só de turistas nacionais, como também estrangeiros. Seja na alta, como também na baixa estação.

Destaca-se também o programa de conscientização da população capixaba, principalmente das regiões turísticas. Esse trabalho de conscientização tem por objetivo a conservação ambiental.

O Governo do meu Estado, principalmente agora sob a administração do Dr. Vitor Buai, tem uma enorme preocupação com o setor. Preocupação que se avoluma por ser o Governador Vitor um homem que sempre esteve ao lado das lutas em favor do meio ambiente.

O meio ambiente é uma das preocupações dos capixabas, não só dos governantes, mas de toda a população. Afinal, o Espírito Santo é um Estado em cuja economia o turismo e a agricultura representam muito e são dois ramos que, para prosperar, necessitam, exigem o controle da poluição.

Assim foram desencadeadas diversas ações com o objetivo de reparar os danos ambientais, como o monitoramento do ar na região da Grande Vitória, maior fiscalização do transporte de cargas tóxicas, duplicação do laboratório de análises ambientais, através de um convênio com o Governo da Itália e criação de seis pólos regionais de educação ambiental da Mata Atlântica.

Mas a maior realização nesse campo está na despoluição da baía de Vitória, ou melhor, na despoluição da baía de Vitória e também dos rios que nela desembocam, das praias e canais, numa obra que vai beneficiar quase 58% da população capixaba.

Só para dar uma idéia da grandiosidade dessa obra, basta dizer que se trata do maior investimento *per capita* em despoluição do Brasil, em índice superior aos programas de despoluição executados no Rio Tietê, em São Paulo, e na Baía de Guanabara.

Tudo o que, todavia, se verifica em termos de estratégia, planejamento no Estado do Espírito Santo, nos últimos tempos, é relacionado com o Instituto Jones dos Santos Neves.

Com a crise que afeta o Brasil, há anos, tornou-se necessário um órgão que, principalmente através de pesquisas e estudos, reavaliasse o quadro, e propusesse uma nova política de planejamento.

Daí o surgimento desse Instituto, responsável por um trabalho, entre outros, de planejamento urbano, desenvolvimento regional e transportes, que fez aparecer, mais do que nunca, o valor dos técnicos, dos profissionais capixabas.

Desta forma, a partir de 1993, foi adotado um planejamento governamental moderno e racional, através da renovação dos conceitos gerenciais e administrativos.

Por isso, neste meu pronunciamento, quero destacar a importância do Instituto Jones dos Santos Neves no trabalho desenvolvimentista do Estado, notadamente no que diz respeito aos planos de transporte e trânsito que elaborou, como também na reavaliação que fez no sistema de transporte coletivo e na execução de novos planos turísticos para o Estado.

Mas há de se registrar que, para alcançar o atual patamar, o Instituto Jones dos Santos Neves contou, não apenas com o profissionalismo, mas com o amor que seus funcionários dedicam ao órgão.

A meta era não deixar a Instituição esmorecer ou ser sucateada. Por isso, seus abnegados funcionários nunca mediram esforços, mesmo quando nem sequer tinham recursos suficientes para o custeio básico, como ocorreu em 1994, ou também quando recebiam seus salários com atraso.

O sacrifício valeu a pena, pois, apesar desses percalços, o Instituto conseguiu se equipar melhor, ao mesmo tempo em que foi retomado o processo de treinamento de pessoal.

Muitas são também as preocupações dos governantes de meu Estado em relação à questão social. Por isso, a Secretaria de Justiça e Cidadania dedica-se ao incentivo e execução de uma política social, baseada, entre outros pontos, na defesa e garantia dos direitos individuais e resgate da cidadania.

Dentro desse contexto, pela seriedade do novo Governador, Dr. Vitor Buaiz, entendo que será dada continuidade a programas desenvolvidos na área social pelo governo que foi substituído no cargo no dia primeiro de janeiro. São programas criando creches, levantando casas populares, estimulando o surgimento de empregos e protegendo a criança e o adolescente.

A propósito, as preocupações com a situação dos menores foram muitas, e, tenho certeza, continuarão sendo prioridade. Neste setor, registro a colocação de menores no mercado de trabalho, a extensão do ensino semiprofissionalizante a essa faixa etária, a concessão de alimentação, serviço de saúde e acolhimento noturno, e a permanente preocupação em proteger as crianças e os adolescentes dos maus tratos. Cito, só para exemplificar, que o S.O.S-Criança, em meu Estado, atendeu a quase sete mil ocorrências denunciadas de violência contra crianças e adolescentes.

Deixando de lado as questões sociais, quero referir-me, agora, a um item que, indubitavelmente, representa a própria redenção da economia capixaba. Falo do Corredor de Exportação.

Antes de ser um manancial de riquezas, com grande incentivo à economia, o Corredor de Exportação do Centro-Leste é um elo de integração nacional. É a oportunidade de construir, sem investir. É a conexão daquilo tudo que já existe.

Enfim, constrói-se um sistema que praticamente nada custa aos cofres públicos.

Temos já as ferrovias, que não dependem de investimentos.

E os nossos portos, como os de Vitória, estão capacitados para se transformar no verdadeiro escoa-douro da produção nacional.

Como as ferrovias e as rodovias se complementam, é chegada a hora de pôr fim a esse verdadeiro estrabismo com que alguns olham o setor.

O trem, além de não depender de vultosos investimentos, não polui, como também não exporta divisas com a importação de petróleo.

Mas, para tanto, é necessária uma mudança de mentalidade.

Nem sempre as soluções mais adequadas estão em engenharias complexas ou obras sofisticadas.

Não resta dúvida de que na década de 50, o desenvolvimento industrial em nosso País foi alavancado com a construção de rodovias. Porém, o alto custo da construção de estradas e também de sua manutenção tem elevado, em grande escala, os preços do transporte.

O escoamento de uma safra no Brasil, por exemplo, custa quase duas vezes mais que nos países desenvolvidos, mas, com a entrada do Corredor de Exportação, esse custo diminuiu sensivelmente. O frete da soja produzida no Cerrado goiano teve seu valor reduzido de 70 para 27 dólares a tonelada.

Como disse, certa vez, o nobre Senador João Rocha, o transporte rodoviário, principal meio de escoamento de produtos na região, diminui a competitividade dos produtos e inviabiliza o desenvolvimento. Isso vale não apenas para o Centro-Oeste, mas para todo o País. E o chamado Corredor de Exportação, indubitavelmente, é a melhor, senão a garantia única de que podemos conseguir mais divisas com as exportações baixando o custo do transporte, principalmente quando nos referimos às exportações de produtos agrícolas e minerais, setores em que o nosso País detém a primazia de possuir algumas das maiores reservas do mundo.

Dessa forma, devemos conferir um valor verdadeiro ao bem agrícola e à riqueza mineral do nosso subsolo. Isso significa uma receita maior e maiores oportunidades de emprego, no momento em que há um alerta geral para se acabar com a miséria e a fome.

Afinal, como disse certa vez o Dr. Paulo Vivacqua, ex-Secretário de Desenvolvimento de meu Estado e dirigente da VA-LEC, "emprego é parte desta cruzada e, só assim, emitiremos a cada um dos brasileiros a carteira de cidadão".

Já que me referi ao Dr. Paulo Vivacqua, quero registrar – e é com alegria que o faço – que, conforme declarações feitas ontem pelo Presidente do Consórcio Operacional do Centro-Leste, publicadas no jornal *A Gazeta*, de Vitória, este ano, comparando-se ao de 1994, o movimento de cargas do Corredor aumentará em 60%. Isso, segundo o Dr. Vivacqua, será possível graças a um investimento de quase 80 milhões de reais.

Outra importante revelação feita pelo executivo é que será possível elevar o movimento de grãos, por causa de obras nas linhas férreas entre Belo Horizonte e Goiás.

Pouca gente sabe, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que desde abril do ano passado o Corredor Centro-Leste é mantido por cerca de trinta consorciados, sem ocasionar ônus para o Estado.

Há de se ressaltar que o desempenho altamente gratificante alcançado pelo Corredor de Exportação tem como um de seus vetores principais o trabalho executado pela Companhia Docas do Espírito Santo, administradora dos portos do meu Estado. Graças a uma administração moderna, tem proporcionado aos nossos portos condições de competitividade comparáveis aos mais importantes portos do exterior.

A propósito, o Porto de Vitória foi alvo recentemente de amplos elogios da imprensa nacional, por causa do trabalho que vem executando, tanto no embarque como no desembarque de cargas. A movimentação de cargas, por exemplo, subiu de 2 milhões e 800 mil toneladas, em 1989, para 3 milhões e 200 mil toneladas no ano que acabou. Isto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, representou um faturamento, no ano passado, de 2 milhões e 661 mil reais, contra 1 milhão e 768 mil dólares no ano de 1989. E essa movimentação toda não inclui os terminais arrendados de Paul, Flexibrás e Shell.

O trabalho realizado pela Companhia Docas do Espírito Santo tem levado a recordes históricos. O movimento de cargas de 3 milhões e 200 mil toneladas, a que me referi anteriormente, é um desses recordes.

Registra-se também o recorde de movimentação de veículos que chegam pelo porto de Vitória: no ano passado, foram 76 mil e 27 unidades.

Três outros recordes foram batidos pelo Porto de Vitória em 1994: o de contêineres, o de cereais e o de bobinas de papel.

Antes disso, foram constatados outros números históricos pela Companhia Docas do Espírito Santo: o de celulose, em 1993, com 275 mil toneladas; o de produtos siderúrgicos, em 1992, com 1 milhão e 253 mil toneladas; e o de café, em 1991, com 5 milhões e 439 mil toneladas.

Mas o processo de desenvolvimento do Estado – é bom deixar claro – deve, e muito, à Universidade Federal do Espírito Santo. Ela é de fundamental importância, graças ao papel transformador que exerce, notadamente nos campos científico, tecnológico e cultural.

A UFES adotou uma estratégia de abertura para a comunidade, baseada, por exemplo, na instalação de cursos de extensão, em parceria com instituições públicas e privadas.

Trata-se de uma experiência que tem proporcionado os melhores resultados, pois permite o desenvolvimento tecnológico das empresas, ao mesmo tempo em que faz o treinamento de mão-de-

obra especializada e – aí está a novidade – promove a formação de empresários.

A interiorização do ensino universitário tem sido outro fator preponderante para o êxito da UFES no que diz respeito a sua participação no processo desenvolvimentista do Estado.

Até então com suas atividades restritas a Vitória, a Universidade Federal foi para o interior em 1991. Foi quando levou seus cursos para o norte do Estado, especificamente para os Municípios de Nova Venécia e São Mateus.

Em Nova Venécia está o curso de Educação Física e, em São Mateus, os de Ciências Biológicas, Matemática, Letras, no caso, Português e Pedagogia.

Para este ano, há perspectiva de uma ampliação das atividades do Centro Agropecuário de Alegre, que é um Município localizado no sul do Estado. Isso está dentro da filosofia de atender às necessidades da comunidade no que se relaciona aos cursos. Não falo apenas nos cursos de uma maneira formal, mas também quanto à qualificação intelectual e profissional dos membros dessa comunidade.

Esse ânimo novo, que toma conta da família universitária capixaba, tem seus motivos.

No ano passado, Vitória sediou a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC.

Foi um êxito total. Cerca de 12 mil pessoas circulavam diariamente pelo **campus**. Além das costumeiras palestras, mesas redondas, feiras de ciência, a reunião da SBPC em Vitória realizou uma Feira Jovem. Foi a chance dos jovens estudantes capixabas, tanto da capital como do interior, também mostrarem os seus trabalhos.

A euforia tem mais uma explicação. Há vinte anos que não havia uma reformulação tecnológica da UFES. Hoje, os laboratórios são outros. O serviço de informática é dos mais modernos. A área cultural respira novos ares. Entre outras razões, pela construção de um conjunto de prédios, denominado de "Centro de Vivência". Hoje, entre outros, ele é composto de cinema, salas de exposição, livraria, biblioteca e loja de material escolar. Em breve, estarão prontos três bancos e um teatro para setecentas pessoas.

Com isso tudo concluído, o estudante poderá chegar de manhã e sair à noite da Universidade. É um verdadeiro **shopping** da cultura.

Dessa forma, com tantas inovações e melhoramentos, quem sai ganhando é a comunidade capixaba, pois seus filhos terão mais condições de estudo e melhor preparados sairão da escola, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de sua terra.

A história de um povo, contudo, não se faz apenas com a economia e com a cultura erudita; faz-se, antes de tudo, com sua cultura popular, o verdadeiro embrião da formação, não somente intelectual, mas moral, de um cidadão.

A cultura popular no Espírito Santo, por exemplo, tem, desde suas origens, traços portugueses, indígenas e africanos.

Dos portugueses, herdamos o "Alardo", que é uma representação popular evocativa das lutas entre mouros e cristãos. Temos também as "pastorinhas", que são cantigas e ritmos claramente portugueses, acompanhados de bailados, executados por adolescentes vestidos a caráter.

Dos índios, herdamos os "Caboclinhos", conhecido também como "Cabocolinhos", um desfile carnavalesco, uma ou outra vez com representação com participantes paramentados, seguindo o modelo indígena popularizado pela literatura indígena.

A respeito aliás, Carlos de Gusmão, no seu livro **Boca da Grotá**, diz o seguinte:

O reisado vai dançar na casa-grande. A chegança. O maracatu. O fandango. Os caboclinhos. Os quilombos. O "caboclinho",

lá entre nós, é uma tradição mais ao sul do Estado.

Como o é também no sul capixaba, mais especificamente no Município de Alegre, a "Dança da Flexa", em que os participantes se posicionam à frente do cortejo, dançam e simulam um ataque, apontando suas flexas para a imagem de S. Sebastião.

Os africanos também são muito importantes na formação cultural do capixaba. Deles são o ticumbi, uma modalidade da congada, mais simples e menos dramática, e que termina com um bailado. Assim canta:

Vim ver festa de bons pretos/ vim à terra capixaba/ vim a Conceição da Barra/ para assistir o ticumbi.

Numa análise mais generalizada, o ticumbi, enfim, é uma dramatização da luta de um rei africano pagão contra um rei africano cristão.

Outras manifestações folclóricas dos afro-brasileiros são: reis de boi, a folia de reis, o caxambu, a banda de congo, o mineiro pau, ou manera o pau, como também é conhecida.

Também são importantes na formação cultural dos capixabas, só que em fase mais recente, os italianos e alemães, com suas danças e músicas muito difundidas na região serrana sul e em vários Municípios do norte do Estado.

Portanto, nós, os capixabas, devemos muito de nossa cultura a esses povos; mas ainda somos um Estado em busca de uma identidade definitiva, como a têm os cariocas, os baianos e os mineiros. Eles são brasileiros com uma identidade regional marcante. E o capixaba está querendo saber o que ele é, em decorrência dessa multiplicidade de traços e tradições européias, africanas e indígenas. Temos a certeza de que a identidade do capixaba há de incorporar o melhor legado de todas essas vertentes e há de ser marcada, em consequência, por uma visão aberta, pluralista e ecumênica da convivência humana e da condição humana.

Sr. Presidente, eis o retrato, ainda que canhestro e rápido, da terra adotiva do Senador Elcio Alvares, e da terra nativa dos Senadores Gerson Camata, João Calmon e José Ignácio Ferreira. Esta é a terra que me honro de representar neste curto período no Senado brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a minha presença na tribuna desta Casa, nesta tarde, é para solicitar do Exm^o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Raimundo Brito, providências urgentes para que as empresas estaduais de energia elétrica do Nordeste equacionem, no menor espaço de tempo possível, suas dívidas para com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF.

Com efeito, Sr. Presidente, as empresas CEPISA, COSERN, SAELPA, CEAL, COELBA e SIRBA acumulam débitos junto à CHESF, vencidos em 31 de dezembro de 1994, que já atingem o elevado montante de 121,1 milhões de reais, existindo ainda protocolos a vencer que totalizam 26,1 milhões de reais.

Para se ter uma idéia da dimensão do débito dessas concessionárias bastaria assinalar que ele representa mais do dobro do valor da receita média mensal da CHESF, calculada em 59 milhões de reais.

Dessa forma, Sr. Presidente, é imperioso que o Exm^o Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Raimundo Brito, que tão bem conhece a gravidade dos problemas do setor elétrico e está apresentando uma proposta de trabalho profunda, realista e inovadora para o seu Ministério, determine ações imediatas para que cada uma dessas empresas apresente plano de pagamento dos débitos

em relação à CHESF.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco, como sabemos, Sr. Presidente, é uma das mais conceituadas, organizadas e eficientes empresas do Nordeste e também do Brasil. Tem merecido, freqüentemente, referência internacional pela excelência dos seus quadros técnicos e administrativos e pelas muitas soluções criativas e inovadoras que tem produzido no desenvolvimento de modernos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica.

Não seria, portanto, exagero afirmar que em função do seu importantíssimo acervo tecnológico, seus amplos benefícios econômicos e significativos resultados sociais, a CHESF se constitui em um dos mais expressivos patrimônios dos brasileiros, em geral, e dos nordestinos, em particular.

Por tudo isso, o desempenho dessa modelar empresa e, principalmente, a viabilização do seu plano estratégico de expansão e de criação de alternativas para elevar a oferta de energia elétrica não podem ficar comprometidos pelo não cumprimento, pelas concessionárias estaduais, dos compromissos em relação à CHESF.

Nunca é demais lembrar, de outra parte, que aquela companhia já vem padecendo dificuldades econômico-financeiras decorrentes da política de contenção tarifária, que reduziu o preço médio da venda de energia, em 1993, a praticamente metade do preço correspondente ao ano de 1975.

Do mesmo modo, deve-se assinalar que, além de enfrentar a atual escassez de fontes de financiamento para empresas estatais, possui a CHESF um pesado serviço da dívida, relativo a importantes investimentos realizados, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Xingó.

É bom que se ressalte ainda, que, para fazer face a essas dificuldades econômico-financeiras, a CHESF vem adotando, de forma corajosa, uma política persistente e consistente de redução de custos e de racionalização de investimentos, além de implantar sistema de parceria com outras empresas, objetivando maximizar resultados.

Reconhece-se, todavia, que tais procedimentos administrativo-financeiros, embora significativos e importantes, não são suficientes.

Resulta assim a convicção do grande benefício que representa o equacionamento dos débitos das concessionárias estaduais para com a CHESF, contribuindo para o equilíbrio financeiro indispensável ao funcionamento normal da empresa, sobretudo no seu papel estratégico de supridora de energia elétrica para as atuais e futuras necessidades da região.

Daí por que me dirijo hoje de forma veemente ao Exmº Sr. Ministro Raimundo Brito para solicitar ações efetivas e urgentes junto às empresas estaduais de energia elétrica, para que apresentem propostas concretas de pagamento dos seus débitos para com a CHESF.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Pedro, representante da Bancada do Estado de Mato Grosso.

O SR. JOSÉ PEDRO (–MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente uma primeira questão: o que pode fazer aqui no Senado um homem que assumiu um mandato por 30 dias? Propor uma revolução nacional de pouco adiantaria, por ser apenas mais um gesto entre tantos outros e que ficaria sepultado no primeiro escaninho da burocracia. Só resta tentar contribuir para que o Senado perceba o seu valor na História e acorde da letargia que sempre o dominou, assumindo o seu papel como vanguarda do projeto de desenvolvimento nacional.

Não vim aqui fazer da crítica uma censura, muito menos ensinar caminhos aos caminantes. Vim, isto sim, trazer a palavra daqueles que nunca falaram, os excluídos sociais com os quais tenho convivido no meu cotidiano de médico dos miseráveis, daqueles para quem o remédio, muitas vezes, traz mais problemas que soluções, por exemplo, quando melhora o apetite dos que não têm o que comer.

É um paradoxo freqüente no meu dia-a-dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como paradoxo é também o apodrecimento de milhares de toneladas de alimentos que o Governo atira no lixo, porque as leis, criadas neste Parlamento, proíbem, impedem, atrapalham, obstaculizam, não importa o verbo, nem a verba, o certo é que à boca dos famintos não chegam nunca, apesar da campanha contra a fome, apesar das juras do Presidente de varrer a miséria e a fome do nosso meio. A continuar como é de costume, Srªs e Srs. Senadores, o modo mais fácil de acabar com a miséria e a fome parece ser acabando com os famintos e miseráveis.

A leitura que faço do Parlamento em geral e do Senado em particular é fruto de minha alfabetização com o povo que me ensinou a decodificar o seu modo de olhar e, especialmente, de sentir os resultados das ações do Governo, aqui incluindo os três Poderes.

Ensina o povo que cada medida adotada aqui é um pouco mais de sofrimento lá. A única medida que o beneficiou, e com isto concorda, menos do que desconfia, é o Plano Real. Entretanto, sempre com um pé atrás, aguarda, temeroso, uma reviravolta, porque de políticos, historicamente, só recebeu traições, dissabores, frustrações.

O povo vota não por um dever cívico, como querem alguns piegas, mas por temor das ameaças da lei diante da obrigatoriedade do voto. Vota nas mesmas pessoas, eternamente, porque este País é um grande curral eleitoral graças à centralização do poder discricionário dos partidos políticos que impede a oxigenação dos seus quadros e praticamente proíbe o acesso à candidatura dos independentes, dos que têm voz própria, dos que voam sozinhos. Ainda querem que o suplente seja de absoluta confiança do titular. Onde está escrito "absoluta confiança", a leitura a ser feita é "do absoluto controle" do titular, como se suplente fosse um cidadão de segunda classe, um fiel escudeiro do outro, que veio, como eu, aproveitar a xepa do Senado, na visão da imprensa. A imprensa tem razão, Sr. Presidente e Srs. Senadores. A imagem desta Casa que chega até lá fora, onde vivem os mortais, é a de uma grande feira livre, onde se negocia de tudo, embora aqui dentro seja a imagem do Olimpo, onde os semideuses, proprietários exclusivos de todos os poderes, saberes e razões, exercem, acima do povo e da Nação, os seus mandatos.

O Senado não encontra em si próprio a sua justificação. Ele existe porque existe o povo e sem povo não há porque existirem as instituições.

O objeto do Senado é a pátria. Ele é o guardião das instituições, fiscalizador e controlador do Estado, decorrências naturais da democracia. A missão do Senado transcende ao comum entendimento de muitos. Daí a nossa responsabilidade enquanto cidadãos representantes ou enquanto corporação organizada.

Ao se abrirem as sessões desta Casa, invoca-se o nome de Deus, portanto, torna-se sagrado este espaço democrático, *locus* concentrador das representações da sociedade; logo fala aqui a sociedade, o povo, não o cidadão eleito. Da boca do Senador deve sair a palavra do povo, não exclusivamente a palavra do partido, nem aqui se discutirem os interesses desses partidos representados. O partido é a ferramenta com a qual o povo deve operar para fazer chegar até aqui os seus pleitos, a sua voz e suas ansiedades, mas o que se vê é o oposto. Os interesses do partido têm sempre prevale-

cido, o povo é apenas um detalhe, a escada onde se pisa para se ascender a este Olimpo. Diz-se que se precisa de partidos fortes para o fortalecimento da democracia. O que fortalece o partido não são as leis, nem os regulamentos, nem os mecanismos autoritários até hoje existentes que favorecem o mandonismo dos mesmos de sempre.

O que fortalece o partido é a virtude de seus membros, a qualidade e o caráter de seus representantes.

O Brasil tem muito mais personagens do que estes poucos que freqüentam a sua História nas últimas décadas.

O Congresso e o Senado são símbolos, e como símbolos são revestidos de uma sacralidade ética, como paradigmas que devem ser para a sociedade.

A sociedade necessita de símbolos, de um paradigma, de um modelo aglutinador que possa consubstanciar uma prática social compatível com essa ética.

Na ordem das coisas, cada coisa tem o seu valor imanente para se inserir na ordem, no início ou no final, conforme o valor implícito.

Na taxonomia da sociedade, aquela excluída do banquete social e que não freqüenta festas no Iamaraty, o Senado está colocado quase no final, embora concorde que deveria estar em primeiro lugar. A culpa não é da sociedade nem da imprensa, mas do próprio Senado, que não conseguiu acompanhar as mudanças da sociedade, porque não as percebeu. Permaneceu atendendo ao primado da legislação aqui fabricada para atender aos seus próprios costumes, sem se ater ao fato essencial de que tão importante quanto a lei, que embora legal e eventualmente pode ser imoral, é a dimensão ética, que contempla mais que a visão de mundo de todos e atende a essência dos direitos de cada um.

Estou falando da ética, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não de uma palavra apenas, ou apenas de uma palavra. Falo de um modo de conviver em sociedade, de nortear o rumo da vida e do modo de andar a vida.

Já se falou que estamos iniciando a fase da ética. Espero que seja realmente da ética, não da etiqueta. Dizem alguns políticos que a única coisa errada em política é perder eleição. Será isso a ética de que tanto se fala?

Mais que a fase da ética devemos iniciar a fase da transformação da sociedade, e ninguém melhor do que o Senado, que tem a obrigação de ser o seu paradigma, para sair na frente, abrindo caminhos, rompendo fronteiras, abandonando a mesmice e se tornando um exemplo para as demais instituições.

É hora de agir, não apenas de falar, de operar os mecanismos com agilidade dando respostas imediatas à sociedade.

Reclamar do excesso de medidas provisórias é confessar a incapacidade de votá-las em tempo, permitindo a sua reedição e oferecendo ao Executivo o motivo para o seu uso exagerado.

Modernizar não significa apenas trabalhar com equipamentos de ponta, mas saber diagnosticar e tratar com presteza as mazelas da sociedade. Significa viver o que o povo vive, compreender e se comprometer com a sociedade em primeiro lugar.

Modernizar significa lutar pela retomada, não do crescimento, mas do desenvolvimento. Enquanto o primeiro conceito se exaure no quantitativo, o desenvolvimento implica mudança de nível de qualidade do viver da sociedade, não apenas da minoria que detém a absoluta maioria da riqueza e da renda nacional.

Nenhum país do mundo concentrou tanta riqueza nas mãos de poucos, em tão pouco tempo, quanto o Brasil nas últimas décadas. Agora o povo e o mundo esperam que, com a mesma velocidade, haja, não uma desconcentração, mas uma distribuição real de renda entre todos os brasileiros. Esta mudança deve ser o foco principal do trabalho do novo Congresso.

Insisto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que é dever do Senado assumir a vanguarda desta luta, acima de quaisquer interesses pessoais, partidários ou regionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Julio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, passo à Mesa uma indicação que sugere que as novas instalações da Subsecretaria de Assistência Médica e Social recebam o nome de Senador Lourival Baptista. De conformidade com o que faculta o art. 224 do Regimento Interno, formulo a presente indicação no sentido de que se estude e se tome a providência cabível para que as novas instalações da Subsecretaria de Assistência Médica e Social recebam o nome de Senador Lourival Baptista.

Sr. Presidente, é um companheiro nosso que além de médico, tem valorizado a vida pública nacional. E no momento em que conclui o seu mandato, nada é mais justo do que termos o seu nome lembrado. Lembrado não em uma ala deste Senado, mas no Serviço Médico, ao qual S. Ex^a devotou sua vida como cidadão entre a política e a medicina. E nós, que representamos o Estado do Maranhão, prestamos esta homenagem a um homem de Sergipe que deixou bem o seu Estado e a vida pública, não deixando apenas saudades, mas um vácuo muito difícil de ser substituído neste Senado.

Passo a ler, na íntegra, a indicação supra citada.

INDICAÇÃO Nº 01, DE 1995

Sugere que as novas instalações da Subsecretaria de Assistência Médica e Social recebam o nome de Senador Lourival Baptista.

Na conformidade do que faculta o art. 224 do Regimento Interno, formulo a presente Indicação, no sentido de que se estude e se tome a providência cabível, no sentido de que as novas instalações da Subsecretaria de Assistência Médica e Social recebam o nome de Senador Lourival Baptista.

Justificação

O Senador Lourival Baptista, médico e homem público de renome incontestável e reconhecido pela sociedade brasileira, deve por nós, seus Pares nesta Casa, ser lembrado sempre, bem como por todos aqueles que têm como missão e vocação a saúde integral do ser humano.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995 – Senador **Epitácio Cafeteira**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A indicação lida pelo nobre Senador Epitácio Cafeteira será publicada e distribuída à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa Diretora do Senado Federal, neste instante, presta também significativa homenagem a S. Ex^a, o Senador Lourival Baptista, que está encerrando o seu mandato nesta Casa, após longa vida pública a serviço de Sergipe, do Nordeste e do Brasil.

A Mesa Diretora presta a sua integral solidariedade às palavras do Senador, Líder do PPR, Epitácio Cafeteira.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa)

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Para uma comunicação, concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL – SE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a emoção invade o meu espírito. Esta homenagem que me acaba de ser prestada pelo eminente Senador Epitácio Cafeteira e apoiada por V. Ex.^a, dentre as homenagens que tenho recebido na minha vida pública – os 176 diplomas, condecorações, medalhas, que recebi nesses 49 anos de vida pública – esta, Sr. Presidente, me chegou ao fundo do coração. Não tenho palavras para agradecer.

Nesta Casa, onde permaneci quase 24 anos, onde fizemos amizades e nenhuma inimizade, onde procuramos servir a todos sem olhar o partido a que pertenciam, lhes digo: nesses anos de vida pública, esta me chegou muito ao coração, e com a idade que tenho, quero dizer que só tenho duas palavras: Muito obrigado, Senador Cafeteira; muito obrigado, Senador Júlio Campos, que está, nesta hora, na Presidência do Senado.

Em Sergipe, onde estiver, estarei à disposição de V. Ex.^s no que puder lhes ser útil, aos que eu puder dar a minha pequena ajuda; e que Deus dê vida e saúde a todos que aqui estão para o bem do Brasil e de seus Estados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Aluísio Bezerra. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador João Calmon. (Pausa)

O Sr. Júlio Campos, 1º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para prestar minhas homenagens a um grande brasileiro, recentemente falecido. Estou aqui para falar da vida e da obra de Sebastião Ferraz de Camargo Penteado, principal dirigente da Construtora Camargo Corrêa. Empresa líder de um conglomerado que é considerado o 4º maior do País, com negócios que tem receita operacional líquida de mais de 3 bilhões de dólares por ano. Segundo o Balanço Anual – 1992, publicação editada pela **Gazeta Mercantil**, o Grupo Camargo Corrêa dá emprego a cerca de 35 mil brasileiros e tem um patrimônio líquido da ordem de 1 bilhão e 800 milhões de dólares.

Num tempo em que a meta fundamental dos governos é assegurar a criação de empregos, propiciando salário e dignidade às pessoas, a figura de Sebastião Camargo ganha o nosso reconhecimento por tudo que fez pelo Brasil e pelos brasileiros.

Hoje, mais do que nunca, nosso País precisa de homens empreendedores, que gerem riquezas, proporcionem emprego e que tenham fé no futuro.

O nome de Sebastião Camargo está indissociavelmente ligado às grandes obras que mudaram a face do Brasil nos últimos 40 anos. Na verdade, entre os anos 50 e 70, o Brasil mudou de cara: inúmeras estradas foram abertas em todas as direções; grandes usinas hidrelétricas foram construídas e outras notáveis obras de engenharia foram concluídas. Todas elas contribuíram, efetivamente, para que o Brasil passasse de nação eminentemente rural a uma incontestável potência industrial. Sebastião Camargo foi um dos principais atores dessa transformação.

Embora tenha iniciado pela construção de estradas, no final dos anos 30, a Camargo Corrêa daria seu grande salto de crescimento com a entrada na área de edificação de barragens. O coroamento desse trabalho veio em 1990, com a plena capacidade de funcionamento da Usina Itaipu, a maior do mundo, cujo consórcio de construção foi liderado pela empresa de Sebastião Camargo.

Mas, além de estradas e barragens, a empresa atuou na construção de linhas de metrô, aeroportos, eclusas e pontes.

Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, Sebastião Camargo, que ao falecer era considerado um dos homens mais ricos do País, começou a trabalhar muito cedo. Começou pobre. Nascido em 1908, em Bauru, São Paulo, deixou sua cidade natal aos 17 anos. Foi trabalhar com carrinhos puxados a burro no transporte de terra retirada para a abertura de estradas. Inicialmente, foi empregado, mas logo passou a subempreiteiro.

Mais adiante, começou a trabalhar com aquele que seria o seu companheiro de criação da grande construtora – o advogado Sylvio Brant Corrêa. Em 1939, com pequeno capital social de 200 mil réis, constituíram a Camargo Corrêa & C^{ia} Ltda^a – Engenheiros e Construtores.

Inicialmente, a empresa executava serviços de terraplanagem e pavimentação, trabalhos que aos poucos se foram tornando mais complexos, maiores e mais frequentes. Em 1940, quando comprou seu primeiro trator, a empresa deu um salto tecnológico – traço que seria no futuro seu diferencial em relação às demais companhias do ramo.

Em 1940, veio também o primeiro contrato de empreitada – para o trabalho de terraplanagem de um trecho de 12 quilômetros da estrada Banhado Grande-Mina de Pescaria-Mina de Espírito Santo, no Estado de São Paulo.

Falando sobre estes tempos pioneiros, disse certa vez Sebastião Camargo:

Na época em que comecei a trabalhar, todo o transporte de terra era feito por aquelas carrocinhas pequenas, chamadas caçambas. Por ocasião da fundação da Camargo Corrêa, Sylvio e eu lançamos talvez as duas primeiras máquinas do setor. Eram aqueles tratorzinhos pequenos, que não tinham muita capacidade de trabalho em comparação com as máquinas de hoje. Mesmo assim, a rentabilidade da construção era extrema e, por isso, podíamos entrar em concorrências com quase certeza de que apresentaríamos o menor prazo de conclusão.

Ainda no início dos anos 40, a empresa trabalhou na construção de um trecho de 3 quilômetros da Via Anchieta, que liga São Paulo a Santos, bem como na preparação de pistas de pouso da Base Aérea de Santos e do Aeroporto do Campo de Marte, na capital paulista.

A década de 50 marca a participação frequente na construção de rodovias, pistas de pouso, ferrovias e serviço de terraplanagem tanto em áreas industriais quanto residenciais. Na década seguinte, a Camargo Corrêa se engajaria no trabalho de construção de Brasília e na abertura de estradas pioneiras na Região Amazônica.

Mas o segmento que se transformaria no propulsor do extraordinário ritmo de crescimento da empresa seria mesmo o da construção de usinas hidrelétricas. Tudo começou com a participação nas obras das usinas hidrelétricas de Euclides da Cunha e Limoeiro, as duas no Rio Pardo, que se estenderam de 1955 a 1959.

Nesses canteiros, pela primeira vez, a Construtora trabalhou com a compactação de barragens de terra e com a concretagem de estruturas hidráulicas, acumulando assim experiências para o grande surto de crescimento que iria realizar a partir de 1962, com a execução completa da Usina de Jupiá, no Rio Paraná.

A Usina de Jupiá representou um grande desafio devido às complexidades das tarefas e à dimensão das obras. Era uma obra dez vezes maior do que a maior obra até então realizada pela empresa. O acampamento para a construção transformou-se numa cidade, que chegou a contar com 12 mil moradores. Concluída em 1968, a obra exigiu muitos equipamentos especiais.

Ainda durante as obras de Jupiá, a Camargo Corrêa começou os estudos para a Usina de Ilha Solteira, duas vezes maior e distante 60 quilômetros dali, no mesmo Rio Paraná. Oito anos foram consumidos neste trabalho, que também foi tocado isoladamente pela empresa de Sebastião Camargo.

Para edificar a Usina de Ilha Solteira foram trazidos especialistas dos Estados Unidos. O trabalho de dragagem e transporte de seixos, em barcas de 900 toneladas, foi uma operação fluvial jamais vista em nosso Brasil.

Foi realizada ali, também, pela primeira vez no País, a técnica de concretagem a baixa temperatura. Para isso, foi montada no local a maior fábrica de gelo que o Brasil já teve, a fim de que os trabalhos se desenvolvessem a uma temperatura de zero grau.

Jupiá e Ilha Solteira foram duas das maiores entre as 18 hidrelétricas feitas pela Camargo Corrêa. Mas o grande desafio estava por chegar. Ele veio em 1975, quando foram desencadeadas as obras de Tucuruí, a quarta maior usina do mundo, e de Itaipu, a maior do Planeta.

"Em Tucuruí, passamos por grandes dificuldades, não só econômicas, mas também técnicas. É uma obra que me fala muito de perto", dizia Sebastião Camargo.

Sem dúvida, trata-se de uma megasina com capacidade prevista para a geração de 7.920 megawatts, que serão usados principalmente na exploração de recursos minerais da própria Amazônia, como a bauxita nos Rios Trombeta e Capim; o ferro na Serra de Carajás; e os projetos de alumínio da ALUNORTE e da ALBRÁS.

Já a gigantesca Usina de Itaipu foi construída – por um consórcio brasileiro-paraguaio – no Rio Paraná, 22 quilômetros a montante da confluência do Rio Iguaçu, na fronteira entre Brasil e Paraguai. A Camargo Corrêa participou como integrante de um consórcio, levando toda a sua excepcional capacidade tecnológica desenvolvida ao longo de décadas. Com sua plena capacidade instalada em 1990, a Usina de Itaipu gera 12.600 megawatts de energia.

Paralelamente a estas duas grandes obras, a Camargo Corrêa, a partir de 1978, liderou o consórcio construtor da Usina de Guri, na Venezuela. Inaugurada em 1986, com capacidade para 10.132 megawatts, é a segunda maior hidrelétrica do mundo em funcionamento.

Atualmente a empresa participa de duas obras: a construção da Usina do Porto Primavera, também, no Rio Paraná, na divisa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo; e da Usina da Serra da Mesa, no rio Tocantins, que terá uma potência instalada de 1.200 megawatts, que serão empregados para suprir a demanda energética do Estado de Goiás e do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, além da construção de grandes usinas, trabalho que tornou internacionalmente conhecida, a Construtora Camargo Corrêa atuou também em várias outras obras que marcaram um extraordinário processo de crescimento do Brasil entre os anos 50 e 70, particularmente as rodovias.

Entre as principais realizações da Construtora neste setor estão trabalhos desenvolvidos na Rodovia dos Bandeirantes, dos Imigrantes, dos Trabalhadores, da Régis Bittencourt, bem como na Ferrovia do Aço.

Na Rodovia dos Bandeirantes, por exemplo, a Camargo Corrêa foi encarregada de construir um trecho de 19 quilômetros, no qual foi preciso lutar contra uma topografia particularmente acidentada, que exigiu a construção de 33 obras de arte, além de grandes escavações.

Em cada uma dessas obras havia um desafio tecnológico a ser vencido. Na Rodovia dos Trabalhadores, a Camargo Corrêa executou um trecho de 12 quilômetros, que exigiu a remoção de

solos brejosos, terraplanagem especial e a construção de nove viadutos e pontes. Na Ferrovia do Aço, a empresa trabalhou em trechos de 57 quilômetros entre Andrelândia e Madre de Deus, e 55 quilômetros entre Itabirito e Congonhas, em Minas Gerais.

No que se refere a aeroportos, destacam-se as obras do Aeroporto de Manaus, erguido em plena selva, a 15 quilômetros da capital do Estado; e a do Aeroporto Internacional de Guarulhos, hoje orgulho de São Paulo e do Brasil, que incorporou os mais modernos conceitos aeronáuticos.

Poucas obras no mundo podem ser comparadas a da construção da ponte Rio-Niterói, no Governo do Presidente Médici, por suas dimensões, características técnicas, dificuldades de execução, vulto do investimento e sua importância para o desenvolvimento regional do Grande Rio. Foi vital. A Camargo Corrêa liderou o consórcio que construiu a ponte de 13 quilômetros, que exigiu, entre outras coisas, 1.140 tubulões de grande profundidade, alguns penetrando até 70 metros abaixo do nível do mar.

Entre as obras especiais, temos que destacar a construção de trechos do metrô de São Paulo, considerada a maior obra urbana de engenharia já realizada em nosso País.

Por tudo isso, um homem que realizou tanto, não poderia deixar de receber, neste instante, a nossa homenagem pelo seu passamento.

O Estado de Mato Grosso também tem a sua gratidão especial para com o Sr. Sebastião Camargo, que sempre acreditou e investiu naquele Estado. Sebastião Camargo foi um dos pioneiros na utilização da técnica da moderna ocupação do Pantanal Mato-grossense.

Lembro-me pessoalmente de tê-lo conhecido na sua fazenda, na Ilha Camargo, em pleno Pantanal de Barão de Melgaço, onde ele, nos finais de semana, estava presente em todos os momentos, participando da vida em defesa do desenvolvimento do Estado e em defesa da ecologia e do Pantanal Mato-grossense.

Para encerrar esta singela homenagem a um dos grandes brasileiros deste século, a um dos grandes brasileiros da atualidade, o empreendedor Sebastião Camargo, quero apenas registrar aqui a nossa gratidão pelo muito que fez em termos de rodovias, em termos de energia elétrica, em termos de ponte e de grandes obras, sendo bastante destacar esses dados.

Sebastião Camargo comandou uma empresa que construiu nesses últimos tempos 7 mil quilômetros de rodovias e participou da potência instalada das dezoito usinas hidrelétricas, somando cerca de 17.481 megawatts, suficientes para iluminar 60 cidades com mais de um milhão de habitantes. O concreto que usou em suas obras seria suficiente para construir 272 estádios iguais ao Maracanã. Tenho certeza absoluta que o homem que realizou tudo isso pelo Brasil, hoje, merece o respeito da nossa Pátria e do seu povo.

À família Camargo Corrêa, à família do Sr. Sebastião Camargo, os nossos mais sinceros votos de que continue a sua grande obra em prol do Brasil, em prol do nosso querido País.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, esta Casa tem sido palco nos últimos dias de vários pronunciamentos direcionados para uma aspiração que hoje interessa de perto a vários Estados da Federação sediados no Nordeste.

Os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e até mesmo o da Bahia têm reivindicado a instalação em suas áreas territoriais da refinaria da PETROBRÁS, cogitada há tanto tempo por aquela empresa estatal, sem que até o momento

tenha havido uma definição quanto ao local onde deverá instalar-se esse importante empreendimento.

No meu Estado, Sr. Presidente, conjugam-se os esforços de todas as correntes de pensamento, Poder Executivo, Poder Legislativo, lideranças empresariais, lideranças sindicais, segmentos os mais variados da comunidade cearense, todos se juntam, harmonizam-se para que consigamos sensibilizar a direção da PETROBRÁS e, além dela, o Ministro das Minas e Energia e o próprio Presidente da República, para que, no momento exato da decisão, o Ceará venha a ser favorecido por essa deliberação a ser adotada no âmbito da PETROBRÁS.

E posso dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Srs. Senadores que começa realmente a empolgar o Ceará essa perspectiva de se concretizar em nosso Estado a localização da refinaria de petróleo. E muito mais do que isso, pelas peculiaríssimas condições técnicas que apresenta, as lideranças empresariais chegaram já a sugerir, no caso de se confirmar a decisão favorecendo o Ceará, o nome do Senador Virgílio Távora, um homem que dignificou a vida pública brasileira, um Ministro de Estado, Governador por duas vezes, Senador da República em dois mandatos e um dos impulsionadores do desenvolvimento não apenas do Estado como do Nordeste do País, como o nome da refinaria de petróleo se realmente a PETROBRÁS vier a decidir-se pela instalação, naquela unidade federativa, da refinaria.

Acredito, Sr. Presidente, que não poderia haver uma homenagem mais significativa ao homem que foi, praticamente, o responsável pela extensão da energia de Paulo Afonso ao Ceará, um homem que, à frente do Governo, realizou uma administração profícua e fecunda, assinalada por notáveis empreendimentos. Um homem que, exercendo aqui o mandato senatorial, o fez com a maior seriedade, com a maior proficiência, com o maior brilho e com a maior competência, transformando-se num dos maiores líderes da atual geração de homens públicos do nosso País.

Durante muito tempo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, fui adversário político do Senador Virgílio Távora. Sempre militávamos em campos opostos. Ele pertenceu à antiga União Democrática Nacional e eu integrava os quadros do Partido Social Democrático. Com a extinção dessas duas facções pelo Ato Institucional nº 2, me filiava ao MDB e ele passava a integrar a Aliança Renovadora Nacional.

Sempre nos respeitávamos, mantendo com ele um nível de amizade fraterna, sobretudo testemunhando a ele e a sua família o meu reconhecimento pela contribuição valiosa, inestimável mesmo, que, ao longo do tempo, ele prestou e emprestou ao Estado, a nossa região nordestina e ao próprio País.

Os grandes temas nacionais foram trazidos por ele para debate no Senado Federal, e, com a sua autoridade, ele aqui discutia de forma aprofundada as grandes questões que, na conjuntura vivida, enfrentava o nosso País, e sempre apontava soluções que representassem o deslinde de todas essas magnas questões.

Por isso, no instante em que todas as forças vivas do Ceará se movimentam no sentido de garantir a instalação em nosso território da refinaria de petróleo, nós da Liderança política, das lideranças empresariais, enfim todos aqueles que estão envolvidos com este problema, nos lembramos do nome de Virgílio Távora, que seria o grande patrono dessa causa. Ele que, naturalmente, com a sua autoridade invejável, haveria de naturalmente emprestar o seu nome honrado a um empreendimento que irá impulsionar de forma significativa o nosso crescimento econômico, gerando, portanto, mais emprego e ampliando os potenciais de renda do Estado do Ceará e do Nordeste.

O Sr. Mansueto de Lavor – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Com imenso prazer, no-

bre Senador Mansueto de Lavor.

O Sr. Mansueto de Lavor – Senador Mauro Benevides, ouço com a maior atenção o pronunciamento que V. Ex^a faz hoje. Todos os pronunciamentos de V. Ex^a são importantes, mas esse em defesa do Nordeste, em defesa do Ceará reveste-se de um significado todo especial, porque, além de ser uma reivindicação de uma obra reestruturadora para a economia do Nordeste, é uma homenagem também a um grande homem público brasileiro, nascido no Ceará, governador por várias vezes, e para honra nossa foi Senador da República ainda nesta Legislatura. É evidente que o pronunciamento de V. Ex^a é da maior importância. Essa refinaria realmente pode e deve ter o nome do Senador Virgílio Távora. Agora, a pequena divergência que há entre nós, mais do que entre nós, entre cearenses e pernambucanos, é que, mesmo a refinaria se chamando Virgílio Távora, deve tecnicamente ser localizada no Porto de Suape, em Pernambuco. V. Ex^a sabe que é o local mais indicado, na realidade, o ambiente próprio de infra-estrutura. A PETROBRÁS, apesar de ser uma empresa pública, não pode perder a racionalidade administrativa. Já começa com uma infra-estrutura considerável que é o Porto de Suape. Sei que o Ceará produz petróleo, assim como o Rio Grande do Norte, mas a refinaria deve-se situar tecnicamente numa situação equidistante com os mercados. E é por isso que temos, nas regiões não produtoras de petróleo, a maioria das refinarias, por causa da proximidade do mercado consumidor. Não quero entrar em qualquer polêmica com os cearenses, pois a sua reivindicação é justa. No entanto, acima de tudo está o interesse regional. Creio que essa refinaria é fundamental. Todos nós, pernambucanos, estamos unidos para que ela se localize no Porto de Suape, em Pernambuco. Mas é preciso dizer que essa reivindicação de Pernambuco não deve preterir outras reivindicações importantíssimas para o Estado do Ceará, para o Estado do Rio Grande do Norte e para o Estado da Paraíba. Cito, por exemplo, o projeto da transposição de águas do Rio São Francisco. Estou com um pronunciamento escrito há vários dias – ainda não houve tempo para fazê-lo aqui na tribuna do Senado –, defendendo que as reivindicações dos Estados do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no tocante ao projeto da transposição das águas do São Francisco, devem ser totalmente apoiadas pelo Governo de Pernambuco e pelas representações de Pernambuco no Senado da República e na Câmara Federal. Evidentemente, dentro de uma negociação construtiva, não de uma barganha, o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba passariam a apoiar a instalação da refinaria da PETROBRÁS no porto de Suape, em Pernambuco. Acredito que o Nordeste irá ganhar com isso, porque terá, no mínimo, dois empreendimentos de grande porte e reorganizadores da economia regional. Isso não significa dispensar, por exemplo, obras como a Transnordestina, como a adutora do Oeste, em Pernambuco, como a perenização dos rios, como o Açude Castanhão, a grande luta de V. Ex^a junto com outros companheiros do Ceará. Mas teríamos de dar prioridade a certos empreendimentos que mudam a face econômica e também social da Região como um todo, e não apenas desse ou daquele estado. Por isso, a homenagem que V. Ex^a propõe, colocando o nome da nova refinaria da PETROBRÁS de Senador Virgílio Távora, é das mais justas. Entretanto, é evidente que o Ceará, Pernambuco, o Rio Grande do Norte e a Paraíba têm de chegar a um entendimento para que essas duas obras sejam realizadas: a transposição das águas do São Francisco e a refinaria de petróleo. Do contrário, teremos o aumento da capacidade das refinarias já existentes. O Governo Federal não quer entrar nessa briga entre estados, o que não é bom. O meu aparte não traz qualquer oposição ao pronunciamento de V. Ex^a; é um adendo, uma contribuição que faço, para que todo o Nordeste se una em torno desses investimentos federais. O Nordeste tem so-

frido demais sem a união dos seus Estados, vamos perder até o que temos, e nada conquistaremos de novo. Vamos perder a SUDENE, que já está ameaçada; vamos perder o Banco do Nordeste, que já está ameaçado; vamos perder o DNOCS, a CODEVASF, porque o Governo não vai se interessar por esse caso. Não há uma solução salomônica, ou os Estados nordestinos fazem uma negociação, que considero altamente construtiva, ou não há como atender a essas reivindicações. A protelação é a posição mais cômoda do Governo Federal diante de uma possível disputa entre os Estados pela refinaria. Aumenta-se a capacidade da Landulfo Alves, na Bahia, de Paulínia, e essa nova unidade não será instalada se não houver um entendimento entre os Estados. V. Ex^a sabe mais do que eu, é mais experiente do que eu, entende o que quero dizer. Jamais desejo preterir uma reivindicação justíssima do bravo povo cearense, ao mesmo tempo, é preciso entender que as reivindicações são conjuntas, são dois projetos reorganizadores, além de outros. E essa reivindicação deve ser feita com uma prévia negociação entre os Estados, entre os Governadores, entre os Senadores, a fim de que se tenha mais força junto ao Governo Federal, para que este não tenha argumentos para preterir esses investimentos ou de localizá-los em outras regiões já privilegiadas. A Bahia tem uma brava representação aqui, os Senadores Josaphat Marinho, Jutahy Magalhães e Ruy Bacelar têm todo o direito de lutar pela Bahia, mas já existe uma refinaria de petróleo naquele Estado, já estando satisfeito esse ponto. Os mercados mais ao nordeste precisam dessa refinaria. Assim, louvo V. Ex^a, pedindo desculpas pela demora deste aparte, já regimentalmente incorreto, mas desejava defender essa tese junto com V. Ex^a, da unidade dos Estados do Nordeste, pela refinaria e pela transposição das águas do São Francisco.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Senador Mansueto de Lavor, agradeço a intervenção de V. Ex^a. Em termos de Nordeste, é absolutamente correta a localização ali da refinaria da PETROBRÁS. Antecipando-me até à própria decisão daquela empresa estatal – e deve ser uma decisão de Governo –, cheguei a alvitar o nome do grande Senador Virgílio Távora para patrono dessa refinaria. Foi um homem que dignificou e enobreceu a vida pública do País. O grande Ministro de Viação e Obras Públicas do Governo parlamentarista do Primeiro-Ministro Tancredo Neves. O grande Governador, que, de 1963 a 1967, reuniu forças antagônicas no Estado do Ceará, promovendo um governo de prosperidade, de união, de esquecimento de todos aqueles desentendimentos que, ao longo do tempo, marcaram a cizânia, a truculência e a arbitrariedade no interior do meu Estado.

Virgílio Távora pontificava nesta Casa pela abordagem dos grandes temas nacionais. Ao lado de Senadores como Dinarte Mariz, e tantos outros, idealizou os estudos da COCENE, que, reunidos em alguns volumes, representaram a mais profunda análise da conjuntura do Nordeste, com indicação precisa das soluções que pudessem ser aproveitadas pelo Governo Federal.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, já gravemente enfermo, com a saúde combalida, Virgílio Távora freqüentava os nossos debates, tendo sido o grande articulador daquela composição de forças que reuniu o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, a qual, somando 292 Constituintes, garantiu a inserção de importantes conquistas no texto da Lei Maior brasileira, como os fundos constitucionais.

Em termos de Nordeste, o FNE tem sido o grande incentivador das iniciativas de médios, pequenos e microprodutores e empresários. Este ano, por exemplo, o orçamento do FNE representa algo em torno de 500 milhões de dólares, que, aplicados dentro daqueles critérios rígidos do BNB, haverão de contribuir para que o desenvolvimento econômico da nossa região continue a alcançar patamares ainda mais estimulantes.

Nobre Senador Mansueto de Lavor, sei que V. Ex^a se defronta pessoalmente com uma situação delicada. V. Ex^a é, sem dúvida, um dos filhos mais ilustres do Ceará. A sua cidade de Barbalha, a cidade sorriso do Cariri, sente-se glorificada pelo fato de V. Ex^a ter sido o seu berço natal. Projetado em Pernambuco e, posteriormente, em nível nacional, como Senador da República, V. Ex^a se vê a braços com a delicadeza, porque, representando Pernambuco nesta Casa, poderia parafrasear os franceses: *entre les deux son coeur balance*. Entre o Ceará e Pernambuco, evidentemente, o seu coração balança, neste instante.

O Sr. Mansueto De Lavor – O Governador de Pernambuco também veio daquela região. V. Ex^a sabe que o Ceará é um grande exportador de quadros.

O SR. MAURO BENEVIDES – V. Ex^a veja como são imensas as dificuldades das Lideranças políticas de Pernambuco na condução desse processo; mas louve-se o poder de articulação do Governador Miguel Arraes, que, esquecendo um ressentimento de natureza política, não pretendeu fazer esse trabalho sozinho, querendo capitalizar para si o prestígio de uma realização dessa magnitude. Não! S. Ex^a teve a grandeza de convocar adversários políticos, para que juntos pudessem demonstrar ao primeiro mandatário do País que essa reivindicação interessava a todos os Partidos, a todas as forças, a todas as correntes de pensamento do glorioso Estado de Pernambuco.

Até o presente momento, realmente, há um interesse no meu Estado, para que consigamos a refinaria da PETROBRÁS, mas não houve ainda essa articulação que o Governador Miguel Arraes teve a grande e feliz inspiração de promover, reunindo forças que se digladiaram até no 3 de outubro, mas que, neste instante, conglomera-se, unem-se e se harmonizam para lutar por Pernambuco, alegando sempre, como V. Ex^a o fez agora com muita propriedade, que o complexo portuário de Suape poderia abrigar, muito melhor do que outras áreas territoriais do Nordeste, a refinaria da PETROBRÁS. Arriscar-me-ia a dizer a V. Ex^a que o nosso ancoradouro Porto do Mucuripe – agora com a ampliação do seu mole, para permitir, nesta fase de prevalência da containerização – estaria em condições, também, de, abrigando a refinaria da PETROBRÁS, dar vazão exatamente à produção daquele importante empreendimento.

Portanto, nobre Senador Mansueto de Lavor, nós cearenses estamos absolutamente convictos de que razões técnicas que forem detalhadas no relatório da PETROBRÁS terminarão por favorecer o Ceará. Se isso ocorrer, não há dúvida de que ninguém melhor poderia patrocinar, com o seu nome honrado, essa refinaria do que o saudoso homem público, Virgílio Távora, que foi, sem dúvida, a maior expressão política da atual geração de líderes, sobretudo da Região Nordeste.

O Sr. João Calmon – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

O SR. MAURO BENEVIDES – Concedo, com muita honra, o aparte ao eminente Senador João Calmon.

O Sr. João Calmon – Nobre Senador Mauro Benevides, como cearense honorário, não poderia deixar de exaltar a figura fascinante de Virgílio Távora, cujo nome V. Ex^a propõe para a refinaria de petróleo que o Ceará, sem dúvida nenhuma, vai ganhar dentro de pouco tempo. Virgílio Távora foi um dos mais extraordinários políticos, no melhor sentido da palavra – eu diria quase há algumas décadas. Realizou, como Governador do Ceará, uma obra realmente imperecível. Como Parlamentar, Virgílio Távora foi paradigma, inspiração, exemplo para todos nós. No momento em que o Ceará reivindica, com toda justiça, a instalação dessa nova refinaria de petróleo, não poderia deixar, nobre Senador Mauro Benevides, de apoiar, da maneira mais entusiástica, essa idéia. Aquele

inesquecível líder político merece, amplamente, essa homenagem que, em tão boa hora, V. Ex.^a está propondo. Fica aqui, nobre Senador, também nesta hora de saudade, uma referência a Luísa Távora, o anjo inspirador de Virgílio Távora, que deixou seu nome deleavelmente gravado nas mentes e nos corações de todos os cearenses, como uma criatura a quem se deve uma extraordinária obra social que jamais será esquecida. Parabéns a V. Ex.^a, nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES – Agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador João Calmon, que, ao iniciar o seu discurso invocou a sua condição de cearense honorário. Cearense honorário por quê? Pelo que V. Ex.^a fez durante sua longa permanência no Estado do Ceará, não apenas no campo cultural, estimulando entidades como a Academia Cearense de Letras, como o Instituto do Ceará; mas, especialmente, no campo da assistência social, quando V. Ex.^a patrocinou e viu concretizada a construção da Maternidade Escola Assis Chateaubriand, um empreendimento que se deveu à sua clarividência e ao seu espírito público, fazendo com que se vinculasse imperecivelmente ao Ceará, dando lugar a que, quando exerci a Presidência da Assembléia Legislativa do Ceará, num dos grandes momentos do Poder Legislativo cearense, eu pudesse passar às suas mãos aquele título honorífico de "Cidadão do Ceará", que consagrou para a história, para os porvindouros, o reconhecimento profundo da nossa gente a V. Ex.^a pelo que fez durante a sua estada no Ceará, superintendendo os **Diários Associados**, naquele momento com dois jornais, emissoras de rádio e praticamente se preparando para instalar a **TV Ceará**, Canal 2. V. Ex.^a, portanto, identificou-se com o Ceará, com os cearenses, mereceu aquela honraria e, naturalmente, agora, como se esperava, empresta o seu apoio a esta nossa iniciativa de localização no Ceará da refinaria e, sobretudo, da sugestão do nome de Virgílio Távora para ser o patrono desse portentoso cometimento.

Muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador capixaba-cearense, João de Medeiros Calmon.

O Sr. Epitácio Cafeteira – V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES – Ouço o aparte do nobre Senador Epitácio Cafeteira.

O Sr. Epitácio Cafeteira – Senador Mauro Benevides, desejo ardentemente que essa refinaria seja executada ainda pelo Poder Público. Esse desejo do Governo de transferir tudo para a iniciativa privada vai tirar do Nordeste a oportunidade de ter novos investimentos, como esse da refinaria. A refinaria deve ter um bom porto para receber o óleo e, depois, exportar o produto do refino. Para o Governo, é difícil decidir entre o Ceará e o Maranhão, que tem um porto feito por Deus, um dos melhores portos deste País e, talvez, do mundo. Existem determinados cargueiros, os maiores do mundo, que navegam entre São Luís e Roterdã exatamente pela profundidade do Porto de Itaqui. Por outro lado, o petróleo está no Rio Grande do Norte, não temos como negar isto. Recife tem um bom Porto, o de Suape. O Ceará tem uma grande Bancada política, à qual V. Ex.^a pertence e com grande brilhantismo defende a ida dessa refinaria para o Ceará. Portanto, proponho um acordo entre o Maranhão e o Ceará, porque ouvi, atentamente, a apologia feita por V. Ex.^a, com justa razão, do homem público Virgílio Távora. Faço a seguinte proposta: votamos a localização da refinaria no Maranhão e damos a ela o nome de Virgílio Távora, homenageando esse grande político, o Ceará e também V. Ex.^a.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Senador Epitácio Cafeteira, eu me arreceei, talvez querendo me antecipar ao pronunciamento de V. Ex.^a, que, ao invés de Virgílio Távora, V. Ex.^a pudesse sugerir o nome do Senador José Sarney, o que seria uma infringência à legislação do País, já que o Senador José Sarney

está com a maior vitalidade. Que Deus preserve a sua existência por tantos anos.

Eu diria a V. Ex.^a que essa nossa luta se iniciou com o próprio Virgílio Távora, aqui, na tribuna do Senado Federal, com o seu prestígio pessoal, defendendo, ele próprio, ele que tinha uma extraordinária penetração em todos os governos, preparou estudos técnicos, preparou levantamentos de toda natureza, para garantir ao nosso Estado a localização da refinaria da PETROBRÁS.

Numa conferência que fez, no âmbito da FACIC – Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará – não sei quando exatamente, talvez há uns 10 ou 12 anos, Virgílio Távora já apresentava aquela clarividência, aquela visão de que o Ceará, que despontava com o seu petróleo na plataforma de Paracuru, na região do Aracati, proximidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Virgílio Távora entendia, engenheiro categorizado que era, de conhecimentos profundos, Ministro que foi de Viação e Obras Públicas, entendia que o Ceará seria, sem dúvida, o melhor local para sediar a refinaria.

Mas não irei, Sr. Presidente, discutir aqui se a localização deva ser no Maranhão, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, ou até na Bahia, que já se vangloria, merecidamente, de sediar a grande refinaria Landulfo Alves.

O que quero é exatamente deixar consignado o meu pensamento, que não é o meu pensamento isolado, é de todas as forças vivas do Estado, que, embora sem terem tido a arregimentação de que nos lega exemplo admirável o Estado de Pernambuco, o Ceará tem aqui, pela minha voz, a manifestação que interpreta um sentimento latente, visível, existente em todos os segmentos da sociedade cearense. Queremos que a refinaria da PETROBRÁS seja sediada no Ceará, e, se isso efetivamente ocorrer, garantamos a Virgílio Távora o seu nome encimar esse portentoso empreendimento, que vai, sem dúvida alguma, ampliar as oportunidades de emprego e naturalmente aumentar o percentual de renda dos nordestinos.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – A Bahia não entrará em conflito com os demais Estados nordestinos na reivindicação pela localização da nova refinaria. Partidário que sou do monopólio estatal do petróleo, aspiro que na decisão que venha a ser tomada o Governo atente também nos problemas técnicos que não podem ser estranhos à solução pleiteada.

O SR. MAURO BENEVIDES – Nobre Senador Josaphat Marinho, V. Ex.^a deve permanecer atento a esses aspectos técnicos e atento também aos aspectos constitucionais, porque, a julgar pelas informações que tenho, a flexibilização do monopólio do petróleo pode vir a ser proposta ao Congresso Nacional. Evidentemente, não mais estarei aqui, porque essa não foi a vontade do povo cearense, mas Senadores como V. Ex.^a aqui estarão observando a todas essas questões técnicas e constitucionais, garantindo que a decisão do Congresso atenda efetivamente aos interesses do País. Muito grato a V. Ex.^a, nobre Senador Josaphat Marinho.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui a nossa posição claramente definida. Acredito que também tenho o apoio do Senador Cid Saboia de Carvalho, que, ao chegar ao plenário neste instante, certamente escutando o meu pronunciamento do seu gabinete, não se negará a garantir também o apoio do seu prestígio, do seu nome, da sua ajuda e da sua colaboração, para que o Ceará realmente venha a ser favorecido com a refinaria de petróleo, e, se assim for a decisão governamental, que essa refinaria tenha o nome do grande brasileiro Senador Virgílio Távora.

O Sr. Joel de Hollanda – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES – Pois não, Senador Joel de Hollanda.

O Sr. Joel de Hollanda – Nobre Senador Mauro Benevides, eu ouvi parte do pronunciamento de V. Ex.^a em meu gabinete e, agora, no plenário do Senado, ouço, com a maior atenção, a argumentação que V. Ex.^a, com tanta lucidez e com tanto conhecimento de causa, traz para o Senado da República. Gostaria de dizer a V. Ex.^a que tenho a convicção de que a decisão que a Petrobrás haverá de tomar com relação à localização dessa refinaria se fará em razão dos critérios técnicos de eficiência econômica e também de retorno social dos investimentos que serão realizados. Todos nós estamos acompanhando de perto a disputa que os vários Estados nordestinos estão promovendo em torno desses investimentos. Ontem, eu tive a oportunidade de dizer, em pronunciamento sobre o mesmo assunto nesta Casa, que isto reflete um pouco o fato de o Governo Federal ter reduzido, ano a ano, os seus investimentos no Nordeste. Tanto é assim que dezenas e dezenas de obras estão paralisadas. No meu Estado, Pernambuco, eu poderia assinalar, pelo menos, 14 grandes obras que estão paralisadas por falta de recursos, por falta de decisão do Governo Federal de prosseguir com essas obras. E agora, recentemente, foi paralisada a construção de todos os CIACs no nosso Estado. Exatamente em função da redução dos investimentos federais na região, quando surge uma oportunidade como esta da implantação de uma refinaria, um investimento de cerca de um bilhão e meio de reais, é natural que os Estados procurem se posicionar para receber esses investimentos. Por isso, Senador Mauro Benevides, eu gostaria apenas de dizer a V. Ex.^a que Pernambuco, que já fez um trabalho muito grande de preparação no Complexo Portuário Industrial de Suape de uma infra-estrutura necessária a uma refinaria, que já investiu mais de 600 milhões de reais nesse complexo, com recursos próprios, que tem um sistema de incentivos fiscais e de concessão de áreas para possibilitar a implantação deste empreendimento, Pernambuco está participando da disputa em relação a esses investimentos da Petrobrás. Entretanto, o nosso Estado se curvará à decisão técnica que, por certo, será adotada pela competente e dedicada equipe da Petrobrás. Não seria plausível outra forma a não ser a decisão em função dos interesses de economicidade do projeto, de resposta social do projeto. Por isso mesmo, nesta luta que V. Ex.^a também está travando para reivindicar o projeto, Pernambuco apenas vai mostrar a sua infra-estrutura, a sua base de fatores locais que oferece ao projeto como forma de facilitar e de instruir a decisão da Petrobrás. Mas não tenho dúvida de que onde quer que esse projeto venha a se localizar – no território do Ceará, no Rio Grande do Norte, em Pernambuco ou mesmo no Maranhão –, em qualquer dos Estados onde essa refinaria venha a ser implantada, não tenho dúvida de que será uma nova mola propulsora do desenvolvimento da Região, que está a carecer disso. O Nordeste só se desenvolveu quando houve a decisão do Poder Central de implantar a CHESF, o Banco do Nordeste, a SUDENE, o Sistema de Incentivos Fiscais, conhecido, inicialmente, como 3418 e, depois, como FINOR. Agora chegou a vez da implantação dessa refinaria para gerar, durante o seu período de construção, mais de 7 mil empregos diretos e, posteriormente, um total que pode ser superior a 10 mil empregos diretos e indiretos, inclusive nas indústrias que deverão complementar o projeto. O nobre Senador Mansueto de Lavor, que me antecedeu nesta tribuna, já alinhouno o conjunto de fatores locais que Pernambuco dispõe e que vamos colocar à disposição da Petrobrás para que, com a seriedade e a competência daquela empresa, a decisão seja tomada e, com ela, seja beneficiado o Estado de Pernambuco. Muito obrigada a V. Ex.^a pela gentileza do aparte.

O SR. MAURO BENEVIDES – Eu é que agradeço a V. Ex.^a, nobre Senador Joel de Hollanda, que ontem proferiu, nesta Casa, um brilhante pronunciamento, também focalizando este tema e defendendo, como faz agora reiteradamente, a localização, no seu Estado, da refinaria da Petrobrás.

Posso dizer a V. Ex.^a que, no dia 2 de dezembro – e a sua presença ainda não se fazia sentir nesta Casa, porque no exercício do mandato ainda a grande figura de homem público que é Marco Maciel –, o nobre Senador Joel de Hollanda, ocupando esta mesma tribuna, da qual talvez esteja até me despedindo neste instante, porque é bem possível que este seja o último pronunciamento que, como Senador da República eu esteja proferindo – na próxima Legislatura outros estarão aqui ocupando o nosso lugar, e talvez possam fazê-lo até com mais brilhantismo do que eu; mais do que o brilhantismo do Senador Cid Sabóia de Carvalho creio que não o farão, mas em relação a mim, acredito que com muito mais brilhantismo eles poderão ocupar esta tribuna –; naquela ocasião, reparei-me a esta questão defendendo a localização da refinaria no Ceará. E, mesmo tendo fluído um espaço de tempo razoável, não consegui localizar ainda o grande pronunciamento feito pelo Senador Virgílio Távora, apontando, alinhando as razões técnicas que determinariam, há cerca de uma década, a localização no Ceará da reivindicada refinaria.

O Presidente Esperidião Amin está ouvindo-me neste instante, e eu até me proponho – não sei se a expressão seria vernacularmente mais apropriada – a realmente tentar desencovar o discurso do Senador Virgílio Távora, para que ele realmente pudesse servir de roteiro, de luz, de lição, de orientação, de diretriz para todos nós. Esse discurso foi concluído exatamente indicando, de maneira muito clara, muito positiva, iniludivelmente, que o Ceará poderia ou deveria sediar a refinaria de petróleo.

Em homenagem à luta indormida daquele Senador, dispusse, neste instante, falando em meu nome e, acredito, no nome também do Senador Cid Sabóia de Carvalho, a sugerir que, localizada a refinaria de petróleo no Ceará, ela passe a denominar-se Refinaria Virgílio Távora. Essa seria, sem dúvida, a grande homenagem que nós prestaríamos a um homem público de vida irrepreensível, que prestou ao Ceará, ao Nordeste e ao País os mais assinalados serviços.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin) – Tem a palavra, para uma comunicação, o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de registrar aqui, no plenário do Senado Federal, algumas estranhezas de minha parte, que quero deixar como herança aos futuros integrantes desta Casa.

Sabe V. Ex.^a que muitas leis que aqui se perfizeram nasceram das mais diversas propostas da sociedade, que influenciaram a quem teve a iniciativa. Mais tarde, essas leis, enquanto projetos, enquanto não se concluíam, enquanto estavam no campo da propositura, levavam a sociedade a uma discussão, a um debate, a um consenso.

O Regime Jurídico Único dos servidores federais tem uma história a ser contada. O Senado Federal teve um projeto do Senador Mauro Benevides, que estendia a Lei nº 1.711 para todos, e o velho estatuto dos funcionários públicos seria o Regime Jurídico Único com as devidas atualizações.

Um dia, no entanto, chegou aqui um projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados, contendo aquilo que deveria ser o Regime Jurídico Único. E o orador, este Senador que agora fala aos senhores, mais uma vez, como relator, propôs ao Senado – e o Se-

nado aprovou – que o Regime Jurídico Único fosse a Lei nº 1.711 devidamente autorizada. Por quê? Porque é uma lei magnificamente elaborada, uma lei de grande experiência, porque foi aplicada sobejamente e por conta dela se formou uma grande jurisprudência tanto no Judiciário quanto na Administração Pública. Portanto, a jurisprudência administrativa.

Esta Casa aprovou o meu substitutivo, e a matéria, voltando à Câmara dos Deputados, sofreu o arquivamento. A Câmara dos Deputados desarquivou um velho projeto e o enviou novamente ao Senado Federal, sob a pressão das entidades que congregavam os servidores públicos. E Senadores como eu, Mauro Benevides, Fernando Henrique Cardoso, que, inclusive, falou na ocasião da aprovação do meu substitutivo. Mário Covas e tantos outros nos curvamos ao apelo das entidades que congregam os servidores públicos para adotarmos aquela solução, que, indiscutivelmente, não era uma boa solução.

Mas essa solução impensada e imatura, que consumava a má atuação das entidades de classe, continha um consenso, um acordo do endiabrado João Santana com os líderes das categorias funcionais. Dizia-se que era um acordo do Governo com os próprios servidores.

Veja bem V. Exª que houve muitas tentativas para resolver esse problema. Houve o projeto do Senador Mauro Benevides, um projeto de lei da Câmara, o substitutivo de minha autoria. Fui também o relator do projeto de autoria do Senador Mauro Benevides. Mais tarde, houve essa operação da Câmara, de difícil conceituação regimental, e a aprovação de um Regime Jurídico Único que seria um consenso do Governo e um consenso da categoria de funcionários públicos, do estamento dos funcionários públicos.

Tudo isso foi debatido. Como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fiz um seminário sobre o Regime Jurídico Único, com a colaboração direta e de grande valor do Senador Odacir Soares. Esta Casa, muitas vezes, viu reuniões; meu Gabinete manteve muitas reuniões com as mais diversas entidades. Hoje, Sr. Presidente, o Governo altera isto através de uma mirabolante medida provisória. Camões dizia: "Quão fácil ao corpo a sepultura". Mais fácil que o corpo à sepultura é o Direito diante de um Secretário de Administração da qualidade do Sr. Luiz Carlos Bresser Pereira. Esse cidadão é um irresponsável, Sr. Presidente. Não sabe o que é que está dizendo. Ele quer fazer da administração pública um grande supermercado.

Posso resumir-lo: é contra a estabilidade do servidor público, é contra a isonomia – e consegue ser democrata sendo contra a isonomia –, é contra concurso público, é contra nomeação, é contra promoção; é contra a admissão que for, até as nomeações provisórias. Que homem é este? Pensei que não podia existir ninguém pior que o Sr. João Santana. Pensei que aquilo era o máximo. E agora o Sr. João Santana foi humilhado na grandiosidade da sua ignorância pela ciência, que ninguém sabe de onde vem, do Sr. Bresser Pereira. Uma coisa parece certa: esse cidadão opera com o *status* de Ministro como se fosse empregado de um grande proprietário de supermercado. Ele quer como nos supermercados: não há isonomia; as nomeações são do jeito que o patrão quiser; demite-se como quer; paga-se como quer. Melhor que não existisse legislação trabalhista. Não há direitos assegurados para misérrimas pessoas que vivem em busca de misérrimas funções em grandes estabelecimentos comerciais. Grandioso é o estabelecimento; pequenina é a pessoa humana, é a figura do servidor. É a criatura humana a pequenice; a grandeza é a empresa, é o capital.

Esse homem vem desse ninho de ouro, do ninho de fios de ouro, e vem criar esses grandes obstáculos ao Governo de um homem competente como o nosso ex-companheiro Fernando Henrique Cardoso. Dele conhecemos a competência, a honradez e a

dignidade, mas, agora, estamos conhecendo a extravagância da nomeação de um cidadão desta qualidade para uma Pasta de tanta responsabilidade como é a Secretaria de Administração.

Revoga conquistas que vieram de um consenso entre Governo e estamentos, entre entidades de classe. Tudo isso se revoga com a maior facilidade, através de uma medida provisória! Isso é assunto para projeto de lei, para discussão em comissões técnicas, para debates, para que, aqui, sejam feitas reuniões e seminários. Sr. Presidente, como fiz, como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu não sei! O Sr. Bresser Pereira um dia se ofereceu para substituir, no cativeiro, a figura importantíssima de um seqüestrado. Isso é caso de analista; talvez, mais caso de análise médica seja o cidadão que combate a estabilidade, combate a isonomia, combate o concurso público, combate a nomeação e, quem sabe, combate o salário.

Já vi nos jornais que será lícito trabalhar de graça para o Governo. Já li: "O Governo aceitará trabalhos gratuitos". Mas diga que o empresário pode aceitar trabalhos gratuitos, e amanhã alguém que foi trabalhar gratuitamente vá a uma Junta de Conciliação e Julgamento dizer que trabalhou e não recebeu para que vejam qual o resultado da legislação trabalhista aplicada a uma incoerência como essa. Trabalho exige dignidade, e a dignidade se expressa por um salário digno, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores.

Estamos no reino da loucura. Tudo é fácil no universo da medida provisória. Desgraçada compreensão, acepção, solução italiana que o atual Ministro da Justiça importou, como Líder do PMDB, durante os trabalhos da Constituinte, e nos impôs, essa figura absolutamente descasada com a realidade político-institucional do Brasil. Daí por que todos se preocupam com o futuro da medida provisória. Mas enquanto não resolvemos o futuro da medida provisória, propiciamos ao Executivo uma verdadeira e ilícita ditadura, exatamente pelo abuso da utilização de um instrumento que deveria se comedir pelos princípios da relevância e da urgência. Que relevância e urgência deve existir para a castração dos direitos dos servidores públicos, Sr. Presidente? Que relevância é essa de prejudicar o patrimônio moral dos servidores públicos? Isso não é relevância, isso não cabe dentro de um princípio de urgência. O nome disso, Sr. Presidente, precisa ser dito, o nome disso é fascismo. Esse fascismo que está sendo exercitado no Brasil, inclusive com o patrulhamento de Parlamentares, o patrulhamento que agora se faz, por exemplo, do Presidente da República para que não sancione o projeto da anistia que foi votado recentemente pela Câmara dos Deputados e que beneficia o Senador Humberto Lucena. Sim, comportamentos que só podem ser vistos na História: na Itália, mas a Itália de Mussolini; na Alemanha, não na Alemanha de hoje, mas na Alemanha de Hitler, quando era preciso subtrair o Parlamento para que a Alemanha toda fosse mandada ao sacrifício, à destruição e à morte de sua população, e à destruição de suas cidades, à destruição de seu patrimônio físico; e os direitos de seu povo levados ao escárnio, os direitos do povo alemão levados ao máximo do escárnio por um louco e inconseqüente, porque não havia Parlamento.

Vejam bem, estamos caminhando numa época difícilíssima. Os passos que estão sendo dados pelo Poder Executivo, através de medidas provisórias, são passos duvidosos e questionáveis, inclusive quando se submete ao Congresso Nacional não questão de relevância, não questão de urgência, mas manias, neuroses, psicoses. Isso é caso de analista. Mas acredito que o futuro Congresso Nacional não há de se dobrar às inconveniências e incompetências que estão sendo propostas ao Presidente da República, desvairadamente, por um indivíduo que escreve longos artigos; quanto mais

longos, menos substância; quanto mais fala, menos se entende; quanto mais argumenta, menos esclarece. E esse homem é o Secretário de Administração do Governo Federal.

Pensei que o Sr. João Santana havia batido todos os recordes. Não, não bateu! A ignorância é sempre superável. O poderio da ignorância, Sr. Presidente, é uma coisa excepcional. Os ignorantes de amanhã baterão o Sr. Bresser Pereira.

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Esperidião Amin, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. Cid Sabóia de Carvalho, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Exª

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, devo dizer, como preliminar, que tenho a honra de estar sentado, talvez até de maneira indevida, na cadeira do Senador João Calmon.

A minha manifestação de hoje refere-se a S. Exª. Quando ocupei a Pasta da Educação, propus, pelo País afora, o repensar da universidade brasileira, o repensar do ensino de terceiro grau, das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

Observei isto muito de perto. De um lado, quase todos os recursos, talvez, significativamente, dois terços desses recursos fossem dirigidos a essas instituições, recursos ordinários, originários do Orçamento; e o restante destinava-se ao ensino fundamental e de segundo grau, fazendo com que a educação no País mais parecesse uma pirâmide invertida.

Não me cansei de dizer, em diversas oportunidades, que o Senador João Calmon merecera ter uma estátua em cada cidade do nosso País, tamanha a dedicação de S. Exª pela causa da educação; pelos dias e horas indormidos, de estudos, de trabalho, de discussões, de debates, diria eu, com destemor, porque para falar sobre educação no País é preciso ter até coragem, diante do imenso, incomensurável desafio. E o Senador João Calmon soube singrar essas águas, com uma elegância ímpar, com aquela característica sua de *grand seigneur*, que entende das coisas, que tem o dom da civilidade e, sobretudo, da cidadania, dando-nos a todos sobejas lições de como devemos nos conduzir nessa vida que tantas surpresas nos oferece. Ele foi um intrépido, um valente, um corajoso.

Eu, então, aqui estou para dar o testemunho, que já tive a oportunidade de dar em conversas com S. Exª em algumas ocasiões, quando recebi sua visita no Ministério da Educação. Numa delas, levou-me um livro de uma nação em perigo, *A Nation at Risk*, de H. T. Bell, mostrando como o ensino estava soçobrando nos Estados Unidos, ele que foi Secretário da Educação desse país, no início da década de 80.

Além das contribuições e colaborações de João Calmon para o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, a instituição mais do que cinquentenária de Anísio Teixeira –, enfim, tudo que S. Exª representa, representou e representará ainda, se Deus quiser, para a Educação brasileira merece uma homenagem. É esta simples homenagem que venho sugerir ao Plenário do Senado, na tarde de hoje. Ela está longe daquilo que S. Exª merece, mas simboliza muito daquilo que pensamos a seu respeito.

Sr. Presidente, apresento uma indicação à Mesa, para que

seja encaminhada ao órgão deliberativo competente, a fim de que, nos termos regimentais, a sala da Comissão de Educação passe a ter a denominação de Sala João Calmon, nos seguintes termos:

INDICAÇÃO Nº 2, DE 1995

Nos termos regimentais, proponho que a Sala da Comissão de Educação passe a ter a denominação de **Sala João Calmon**.

Justificação

A presente indicação visa a homenagear o ilustre Representante do Estado do Espírito Santo no Senado Federal em reconhecimento ao homem público exemplar e batalhador que se tem dedicado ao ideal de incrementar e aperfeiçoar a educação em todo o País.

O nome do nobre Senador confunde-se com a luta de todos os segmentos sociais e políticos empenhados por um Brasil mais desenvolvido através do seu sistema educativo.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Hugo Napoleão**.

É esta, pois, Sr. Presidente, a indicação que, de maneira humilde, mas também orgulhoso por estar ocupando a cadeira destinada ao Senador João Calmon, que venho apresentar à Mesa na tarde de hoje, no Senado Federal.

O Sr. João Calmon – Permite-me um aparte, nobre Senador Hugo Napoleão?

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. João Calmon – Nobre Senador Hugo Napoleão, V. Exª me emociona com essa sua iniciativa tão generosa e muito acima dos meus merecimentos. Ao longo de sua atuação aqui no Senado, e como Titular da Pasta da Educação, V. Exª realizou uma tarefa que o credencia à admiração de todos os brasileiros, daqueles que consideram essa batalha a mais importante para o nosso País e para qualquer país que queira se desenvolver, não apenas econômica, como também socialmente. Agora, V. Exª supera seus próprios recordes, fazendo essa proposta tão acima dos meus méritos. Reitero a V. Exª o meu profundo agradecimento, mas creio que a legislação não permite que pessoas vivas recebam homenagens desse tipo. De qualquer forma, fica registrada nos Anais a minha profunda gratidão a V. Exª, que tem honrado a família Napoleão, uma glória no nosso País e que tem como um de seus luminares o seu admirável pai, um dos diplomatas de maior projeção em todos os tempos. Deixo, portanto, nobre Senador Hugo Napoleão, o meu agradecimento marcado pela emoção e pela certeza de que V. Exª toma essa iniciativa apenas obedecendo a um impulso da sua generosidade realmente inegável. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Fico muito sensibilizado, eminente e nobre Senador João Calmon, com as observações de V. Exª e agradeço.

Eu diria, parodiando V. Exª, que não mereço tamanha deferência de caráter tão afetivo e bondoso que acabo de receber de sua pessoa, mas tenho certeza de que a Casa toda, Sr. Presidente, há de se envaidecer. E hão de se envaidecer, particularmente, os membros da Comissão de Educação do Senado Federal quando, doravante, adentrarem no recinto e verificarem que no seu frontispício está o nome consagrado e respeitado deste grande brasileiro, Senador João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência enviará a indicação de V. Exª à publicação e, associando-se à homenagem que pretende prestar ao Senador João Calmon, adianta que a proposição será encaminhada ao parecer da Comissão Diretora para, posteriormente, vir ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Pronuncia o se-

guinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pesquisas de opinião pública mostram um declínio da popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Dentre os fatores desse declínio neste primeiro mês de mandato está o anúncio do veto do aumento do salário mínimo de 70 para 100 reais, ao mesmo tempo em que a Nação toma conhecimento de que o Congresso Nacional, em entendimento com o Executivo, aumentou a remuneração do Presidente, dos Ministros, de Deputados e de Senadores em proporção muito mais acentuada do que se poderia prever em termos de critério de recuperação de perdas da remuneração das pessoas que exercem essas funções respectivamente.

Ao mesmo tempo, o Ministro do Planejamento, José Serra, um dos principais responsáveis pela política econômica, faz uma declaração, segundo a qual o salário mínimo deveria ser atualizado na sua opinião. No outro dia, reitera que essa opinião é apenas de natureza pessoal, e não do Governo.

É de se esperar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que os responsáveis pela política econômica e, em especial, o Presidente da República, que é o maior responsável, Fernando Henrique Cardoso; o Ministro da Fazenda, Pedro Malan; o Ministro do Planejamento, José Serra; o Ministro do Trabalho, Paulo Paiva; o Ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, sobre os quais pesa a enorme questão da remuneração das pessoas que estão na faixa de rendimento próximas de um, de dois salários mínimos, é de se esperar que tenham S. Ex^{as} maior responsabilidade sobre o que dizer a respeito dessa questão.

Seria de se esperar que o governo de um presidente que ressaltou, ao longo de sua campanha, que iria realizar a justiça social neste País, que iria promover melhoria da distribuição da renda e da riqueza e que, como disse no seu pronunciamento de posse perante o Congresso Nacional, no seu último discurso como Senador, daria prioridade ao combate à fome e à miséria, que examinasse com responsabilidade os dados sobre o salário mínimo no Brasil. Examinasse, por exemplo, que o salário mínimo, em termos reais de poder aquisitivo, em dezembro de 1994, quando terminou o Governo Itamar Franco, e em decorrência da própria administração do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, estava em torno de 17 reais e 32 centavos, se tomarmos o índice de julho de 1940 como valor 100, o menor índice de salário mínimo desde que foi instituído, em julho de 1940. O salário mínimo chegou a níveis como de 142 reais, tomando como base julho de 1940 e o valor 100; em agosto de 1956, chegou a 142 reais e 50 centavos; em janeiro de 1959, 144 reais; depois sofreu um decréscimo significativo, chegando a 51 reais e 87 centavos em março de 1987; em maio de 1987, a 33 reais e 34 centavos; em junho de 1987, a 27 reais – um dos menores valores da história.

Agora, entretanto, estamos falando de um salário mínimo real que está no mais baixo nível da sua história desde que foi instituído no Brasil. É bem verdade que o custo de vida varia nas diferentes capitais brasileiras dos diferentes Estados. Mas isso não constitui um argumento suficientemente forte para termos como solução para o problema do aumento do salário mínimo, a esta altura, a sua atualização ou regionalização, inclusive porque seria um retrocesso ao que já aconteceu no Brasil.

Se examinarmos os preços da cesta básica nas 12 capitais onde o DIEESE levanta o seu custo, veremos que, em que pese ter havido uma queda no custo da cesta básica em dezembro último, o salário mínimo ainda é insuficiente para adquirir os treze produtos alimentícios da ração essencial (doze no Norte e Nordeste). Em dezembro, das catorze capitais pesquisadas, somente em Fortaleza, cidade onde o preço do conjunto de gêneros alimentícios foi mais baixo, o valor do salário líquido (64 reais e 56 centavos,

depois de descontados 7,77% da Previdência Social) era menor que o custo total da cesta, de 63 reais e 91 centavos. Em São Paulo, ocorreu o contrário, sendo apurado o maior: 87 reais e 42 centavos."

"Com base no custo da cesta básica verificado em São Paulo, o DIEESE calculou em 728 reais e 90 centavos o valor do salário mínimo necessário para cobrir os gastos essenciais de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças). Comparado ao salário mínimo vigente em dezembro – 70 reais –, aquele valor é 10,41 vezes maior", ou seja, o salário mínimo hoje no Brasil está dez vezes menor do que o necessário para obtermos o suficiente para que uma família de quatro pessoas – dois adultos e duas crianças – possa sobreviver com dignidade.

O Sr. Aureo Mello – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY – Pois não, Senador Aureo Mello, com muita honra.

O Sr. Aureo Mello – Nobre Senador Suplicy, outro dia eu ouvi uma declaração, atribuída, se não me engano, ao futuro Senador de São Paulo, hoje Ministro, José Serra, que me deixou impressionado e, ao mesmo tempo, serviu de diretriz para o que deveria ser o salário mínimo nos seus termos reais. S. Ex^a disse que o Estado de São Paulo tem capacidade de pagar dois salários mínimos ou mais – esse salário mínimo que foi votado e que o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso está querendo vetar – e que o Estado do Piauí não teria condições de pagar nem meio salário mínimo ao seu trabalhador. O ideal mesmo seria os legisladores se debruçarem atentamente sobre a questão do salário mínimo regional. Essa história de uniformizar as coisas no Brasil é realmente um pecado, porque existem vários Brasis: existe o Brasil da fome, o Brasil estorricado, o Brasil da solidão e do abandono, o Brasil das savanas e dos chapadões abandonados, o Brasil do progresso, o Brasil da evolução, das grandes fábricas e existe o Brasil da grande indústria. Por isso, entendo que esses Brasis teriam que ter uma legislação particular. Pessoalmente, entendo que o Brasil, ao invés de ser uma federação, deveria ser uma confederação, unida apenas para efeito de defesa nacional. Era este o aparte que gostaria de dar ao discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Agradeço, Senador Aureo Mello, o aparte de V. Ex^a

De fato, há diferenças consideráveis em nosso Brasil, país continental, inclusive no que diz respeito ao custo da ração essencial mínima. É preciso salientar que, enquanto na Região Centro-Sul a ração essencial mínima calculada pelo DIEESE é composta de treze alimentos básicos – carne bovina, leite tipo C, feijão em cores ou preto, arroz agulhinha, farinha de trigo, batata, tomate, pão francês, café em pó, banana, açúcar refinado ou cristal, óleo de soja e manteiga –, no Norte e Nordeste, são pesquisados os mesmos produtos, exceto a batata e a farinha de trigo, esta substituída pela farinha de mandioca. Então, ao invés de treze alimentos básicos, pesquisa-se o custo de doze alimentos básicos, o que contribui para que, nas Regiões Norte e Nordeste, o custo da ração essencial mínima seja um pouco menor do que na Região Centro-Sul: 20%, 30% ou até 35% menor do que em São Paulo.

Em dezembro de 1994, o valor da ração essencial mínima em São Paulo era de 87 reais e 42 centavos; em Brasília, 85 reais e 17 centavos; em Belo Horizonte, 81 reais e 51 centavos; em Florianópolis, 80 reais e 88 centavos; em Curitiba, R\$80,20; em Porto Alegre, 78 reais e 80 centavos; em Belém, 77 reais e 88 centavos; no Rio de Janeiro, 77 reais e 28 centavos; em Vitória, 76 reais e 27 centavos; em Salvador, 70 reais e 48 centavos; em Natal, 65 reais e 64 centavos; em Recife, 65 reais e 21 centavos; em João Pessoa, 64 reais e 99 centavos; e em Fortaleza, 63 reais e 91

centavos. Portanto, o valor da ração essencial mínima de São Paulo é 35% maior do que o de Fortaleza, que é o mais baixo.

Será que essa diferença representa um argumento para haver um salário mínimo não unificado no Brasil inteiro? *Avalio, Sr. Presidente, que a melhor maneira de se resolver esse problema é não evitar, neste momento, o aumento do salário mínimo de 70 reais para 90 reais. Penso que devemos adotar esse aumento do salário mínimo, complementando-o com a adoção do Programa de Garantia de Renda Mínima, de um Imposto de Renda Negativo no Brasil.*

A discussão sobre os efeitos do salário mínimo nos diversos países do mundo tem mostrado que é preciso que haja um salário mínimo como uma forma de proteger aqueles trabalhadores que têm um menor poder de barganha na economia, para se evitar que o piso da remuneração chegue a valores muito baixos. Mas é preciso que haja um complemento, porque se se eleva extraordinariamente o salário mínimo – vamos supor que, hoje, chegássemos a aumentá-lo de 100 para 800 reais –, isso acaba ocasionando um impacto significativo sobre os preços e o emprego. Então, um pulo dessa natureza não poderia ser considerado adequado.

Mas, qual o tipo de instrumento que hoje, mais e mais, é utilizado nos diversos países? Para aquelas faixas de rendimento relativamente baixas, que envolvem ganho não suficiente para a subsistência das pessoas, garante-se um complemento de renda na forma de um crédito fiscal, como existe nos Estados Unidos, na Inglaterra e em muitos outros países.

Nos Estados Unidos, desde 1975, instituiu-se o crédito fiscal por remuneração recebida, o *earned income tax credit*; na Inglaterra, há muitos anos, existe o *income support* ou diversas formas de crédito familiar, que garante a todo chefe de família que trabalhe o recebimento de um complemento de renda, se esta não for suficiente.

O Secretário de Trabalho dos Estados Unidos, Robert Reich, ainda recentemente, relatou que o aumento do salário mínimo nos Estados Unidos, combinado com o crédito fiscal por remuneração recebida, tem permitido que muitos norte-americanos sejam elevados para cima da linha de pobreza, tornando, inclusive, mais estimulante o trabalho.

O aumento do salário mínimo, quando administrado de forma moderada, com responsabilidade e combinado com o imposto de renda negativo, tem contribuído para o aumento no nível de empregos e também para que um maior número de pessoas saltem para cima da linha de pobreza. Este é que seria o procedimento adequado e que merece consideração por parte do Governo.

Vou continuar tratando desse assunto na próxima semana, Sr. Presidente.

Um outro assunto traz-me à tribuna na tarde de hoje. Gostaria de comentar uma notícia do jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, segundo a qual proprietários cederam terrenos sob ameaça de as terras estarem sendo desapropriadas para a construção da Rodovia Carvalho Pinto.

Notícia o referido jornal o seguinte:

O ex-Governador Luiz Antonio Fleury Filho conseguiu inaugurar a Rodovia Carvalho Pinto, principal obra rodoviária de sua administração, somente após ter determinado a construção de uma estrada de aproximadamente dois quilômetros que passa por três propriedades privadas. O desvio, feito em apenas um mês, uniu dois trechos da Carvalho Pinto separados por túneis inacabados entre os quilômetros 73 e 75 da estrada, e as terras foram cedidas ao Estado. "Esta é, sem dúvida, uma operação inédita em todo o mundo", analisou o atual Presidente da Empresa de Desenvolvimento Rodoviário S.A. (DERSA), Stanislaw Seriancic.

Os proprietários das terras por onde passa o desvio, no Mu-

nícipio de Jacareí, cederam parte das propriedades ao Estado, por um ano, sob ameaça: ou permitiam o desvio ou seriam desapropriados pela DERSA. Um deles, Renato de Oliveira Ferreira Coelho, afirmou, ontem, ao *Estado* que o uso de dois alqueires dos 60 de suas terras, por um ano, foi gratuito: "Foram mostradas as vantagens que a cessão gratuita das terras traria, pois não correríamos o risco da desapropriação". E mais: "Eles prometeram asfaltar a entrada das fazendas e devolver a terra tirada do local; o asfalto foi feito, mas a terra não foi devolvida".

Sr. Presidente, no ano retrasado, considerei importante verificarmos indícios de irregularidades na BR 101, no Estado de Santa Catarina. Agora, vejo indícios sérios de irregularidades em obras de estradas de rodagem no Estado de São Paulo. O Senador Esperidião Amin, com razão, avalia que devo tomar as providências.

Comunico que, há pouco, conversei com o Líder da Banca do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de São Paulo, Luiz Carlos Silva, o Professor Luizinho, que está tomando as devidas providências no sentido de solicitar todas as informações do Secretário de Transportes, o Sr. Plínio Assma e do Presidente da DERSA, Stanislaw Seriancic, sobre as irregularidades detectadas na administração anterior, para que a Assembléia Legislativa possa tomar as devidas providências sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o assunto que me traz a esta tribuna são as proposições que apresentei estabelecendo os Territórios Federais do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, ambos no Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, o Alto Rio Negro, além de ser uma região fertilíssima, é extremamente encantadora, mágica, maravilhosa. Em Alto Rio Negro, fica o Município de São Gabriel da Cachoeira, que, apesar de não ser dos mais conhecidos do País...

O Sr. Hugo Napoleão – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Hugo Napoleão – Senador Aureo Mello, V. Exª falou em São Gabriel da Cachoeira, que fica na Cabeça do Cachorro. V. Exª vinha dizendo, no seu discurso, que não sabia se algum dos Senadores presentes conhecia a região. Eu a conheci em missão. Realmente, ela nos fazer sentir orgulho de sermos brasileiros.

O SR. AUREO MELLO – É um privilégio conhecer aquela região, porque é uma das mais belas do nosso País. Embora amazonense, não a conheço, mas o que se diz dela e das riquezas que ela entesoura é de tal modo maravilhoso que a vontade que se tem é de se ir até lá.

Realmente, os habitantes de lá precisam desse Território, porque não há progresso na região. O Estado do Amazonas é, hoje em dia, inviável. O próprio Governador Amazonino Mendes, recentemente eleito, sente a necessidade de criar novos Territórios, porque, como está, o Amazonas não pode ser governado.

O Sr. Mansueto de Lavor – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Com muita honra, ouço V. Exª, nobre Senador Mansueto de Lavor, voz pernambucana deste augusto Plenário.

O Sr. Mansueto de Lavor – Quero louvar o pronunciamento de V. Exª em defesa da expansão demográfica do País, em

defesa da Amazônia e do direito que têm os brasileiros daquela região à assistência médica, à educação, aos equipamentos comunitários, a tudo aquilo que já se tenta fazer por meio do trabalho meritório de civis e militares que lá estão assentados. O que precisamos, Senador Aureo Mello, é tirar o pensamento do restante do País de que um trabalho naquela região é um castigo, é um degredo. Isso não pode ocorrer. Lá está o futuro deste País. Quando a capacidade econômica, as vias, as fontes de riqueza aqui se esgotarem, lá está o futuro, lá estão as reservas. Não tenho dúvida também de que essa riqueza tão disputada hoje do subsolo, o petróleo, o ouro negro, existe em abundância na Amazônia brasileira, assim como existe na Amazônia peruana e também, em grande escala, na Venezuela. Não tenha dúvida de que o seu Estado, além de ser um Estado grande, é um grande Estado. O mundo inteiro faz campanhas de preservação de florestas, as ONGs estão aí, na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia, nos Estados Unidos, querendo trazer para cá lições de preservação da natureza. Ora, um Estado como o Amazonas, que tem mais de 90% de suas matas, de suas florestas virgens preservadas, não precisa receber lição de nenhuma entidade nacional ou internacional acerca de preservação da natureza. O Governador Gilberto Mestrinho tinha razão: é preciso colocar essa riqueza da floresta, sem destruí-la, a serviço do bem-estar da população. Esse é o desafio do Brasil inteiro e não só do povo do Amazonas, para que essa imensa riqueza natural gere benefícios econômicos e sociais para o povo da própria região.

O SR. AUREO MELLO – Recentemente, quando estive nos Estados Unidos, ouvi **uma você** do pessoal que comigo conversou a respeito que a Amazônia é aquela região onde se desbastam as florestas, onde se age destrutivamente, que é um lugar que precisa ser defendido pelos estrangeiros, quando em realidade eles desconhecem – de boa-fé, a bem da verdade –, o que acontece na Região Amazônica. Mas existem sempre os mal-intencionados que divulgam essas notícias para tirar certos proveitos e vantagens. A maioria dos povos do mundo acredita que a Amazônia é um lugar que está sendo destruído criminosamente pelos próprios brasileiros, que não teriam capacidade para administrá-la, quando, em realidade, a Amazônia é realmente um lugar altamente aprazível, maravilhoso, com cidades muito boas, como Manaus, que a cada dia progredia mais. E o seu subsolo é um chamamento às potências financeiras e econômicas que existem em nosso País. Alguns colegas nossos com quem tenho conversado, inclusive aqueles que me dão notícia das suas próprias fortunas pessoais, deveriam estar lá, fomentando e desenvolvendo aquela região.

O Sr. Mansueto de Lavor – Quero terminar o meu aparte, solidário com V. Ex^a, em defesa da Amazônia, visto que é sua obrigação defender o seu Estado. Realmente, creio que ele terá vozes tão autênticas e tão autorizadas como a de V. Ex^a, na próxima legislatura, a partir do dia 1º de fevereiro.

O SR. AUREO MELLO – Vêm aí dois bons Senadores.

Sr. Senador Mansueto de Lavor, quero, antes de mais nada, sublinhar que eu sempre via em V. Ex^a um dos expoentes desta Casa. V. Ex^a é um homem de alta intelectualidade; e não só pelo fato de ter passado pelos educandários mais profundos, onde se ensina realmente o cidadão a aprender, a ter cultura, V. Ex^a é um homem bem-intencionado, é um puro, é um idealista – e não adianta jogar resquícios de lama sobre sua pessoa porque V. Ex^a é como o ar; a lama atirada contra o ar cai, sem atingi-lo. Assim, admire-o assim como ao Senador Chagas Rodrigues, que formamos nesta Casa um triângulo de ausências que, modéstia à parte, o Senado deveria sentir muito, pois em matéria de idealismo e de conhecimento especializado das suas respectivas regiões não há a menor dúvida.

Senador, eu passei no Município de Codajás quando era

ainda um garoto atuante e batalhador em prol de sua eleição para Deputado Federal. Codajás é a cidade mais triste que já vi, na região do rio Solimões, que é o rio Amazonas descendo das Cordilheiras do Peru e alcançando o grande talvegue, o chamado baixo Amazonas. Era um lugar abandonado, onde havia casas de palha podre se deteriorando, casas de madeira carcomida, onde os escorpiões saíam de dentro das frestas para morder as pessoas que residiam ali, onde todos dormiam em rede, mais ou menos acostumados com aquela perspectiva de sofrimento que era o diuturno lá de Codajás.

Passaram-se muitos anos e fui para o Rio de Janeiro. Tive a honra até de ser eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro. Transformei-me num Deputado carioca e, anos depois, lá fui eu passar pelo Rio Solimões e ver Codajás outra vez. Sr. Senador, o Município de Codajás não tinha mudado em nada. Estava, sim, mais podre, mais acabado, mais melancólico, mais dorido diante dos meus olhos.

Sr. Presidente, o Amazonas é ingovernável, se não for desdobrado em vários segmentos, em vários territórios, como aconteceu com relação a Rondônia, ao Acre, que virou Estado, e como acontecerá – espero eu – com o Território do Alto Solimões, o Território do Alto Rio Negro e o Território do Alto Juruá. Porque o Amazonas é grande, é fantástico, mas era preciso que o Governador dispusesse de dois ou três aviões a jato e as autoridades, cada uma, também para poder perflustar toda aquela imensidão e conhecer todos os detalhes.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei esse projeto. Espero que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opine sobre ele o mais rápido possível e que venha à tramitação. Se eu tiver possibilidades, inclusive, não hesitarei em pleitear regime de urgência para ele; o artigo regimental que permite que, depois de um certo prazo de apresentação do projeto, venha a ser apreciado pelo Plenário.

Sr. Presidente, é um dos últimos clamores de um amazonense sincero e positivo em relação aos assuntos do seu Estado, mas que fique reboando neste Senado o velho apelo e a certeza de que a Amazônia não será esquecida pelo eminente Colegiado que vai assumir. Até porque seremos substituídos por dois Senadores muito bons, que são o já conhecido Bernardo Cabral, com a sua oratória estonteante e a sua cultura indiscutível, e o pacato e misantrópico Jefferson Peres, irmão do nosso já conhecido Senador Leopoldo Peres, mas que é uma das jovens e maiores culturas do Amazonas, possuidor de uma grande capacidade verbal.

O Amazonas não perece. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. JOÃO FRANÇA (PP-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a economia brasileira se repete em alguns problemas, de maneira tão pouco criativa, que chega a ter crises previsíveis. Um exemplo já é clássico: a cada plano de estabilização os bancos estaduais revelam a face mais amarga do clientelismo político nacional. Através dos seus balcões corre a moeda do adesismo, do nepotismo e do empreguismo disfarçado. São bancos que vivem como extensão do poder do governante e se alimentam dos ganhos inflacionários. Quando acaba a ciranda financeira, o castelo de cartas desaba. A situação vem à tona e o Rei fica nu.

Os problemas dos bancos estaduais não constituem novidade para os gestores dos diversos planos econômicos que já trafegaram pela economia brasileira. Em abril de 1986, dois meses depois de o Plano Cruzado ter sido decretado, os presidentes de diversos bancos estaduais vieram a Brasília pedir que o Banco Central fosse menos rígido na execução do programa de saneamento a eles im-

posto após a eleição de 1982. Naquela época, boa parte dos bancos estaduais estava em situação pré-falimentar por custear obras de final de governo e auxiliar a eleger políticos nos Estados.

O programa de saneamento não teve sucesso. Entre 1982 e 1986 as dívidas dos bancos estaduais aumentaram. Alguns deles continuaram a ser socorridos pelo Banco Central. O Banco do Estado de Santa Catarina, por exemplo, comprometeu-se a reduzir seu quadro de pessoal e fechar agências em troca de novos empréstimos do Banco Central. No entanto continuou contratando. Em 1986, o Banco do Maranhão tinha um prejuízo duas vezes maior que seu patrimônio. O BANERJ, já naquela época, passou vários meses sem recolher ao Banco Central o depósito compulsório obrigatório para todas as instituições financeiras.

A ligação desses rombos com os governos estaduais pode ser exemplificada com o que houve no Rio Grande do Sul no período em que o plano cruzado exigia austeridade. O governo do estado pegou dinheiro a descoberto na Caixa Econômica Estadual para pagar os seus funcionários, porque a receita de impostos foi insuficiente. Os bancos captaram dinheiro para cobrir o rombo vendendo títulos e, devido à falta de confiança do mercado, pagaram o dobro dos juros da época.

Em janeiro de 1987, pouco antes da posse dos novos governadores, o Banco Central exigiu que os nomes dos pretendentes a cargos nos bancos estaduais fossem submetidos à sua aprovação. Pouco depois estourou a bomba: o Banco Central decretou intervenção no BANERJ e nos bancos estaduais do Maranhão, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Santa Catarina. A intervenção no BANERJ e nos bancos de Santa Catarina e Mato Grosso só foi suspensa em fevereiro de 1989 porque a legislação impedia sua renovação por mais um ano. Ela teria que ser suspensa ou as instituições seriam liquidadas.

A insolvência dos bancos estaduais não é, portanto, novidade. É assunto recorrente que vai e vem com monótona regularidade. O governo Fernando Henrique Cardoso se iniciou com outra bomba. O Banco Central decretou a intervenção no BANESPA, o maior banco estadual do País, e, de novo, no BANERJ. Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que a situação se repete. O BANESPA precisava de aproximadamente seis bilhões de reais para seu caixa, mas só conseguiu oferecer 4,2 bilhões em garantias. No BANERJ, a necessidade de caixa era de 515 milhões de reais. O banco só possuía 400 milhões.

Na verdade, a situação financeira dos dois bancos era grave e justificava até a sua liquidação, que não ocorreu para não abalar o mercado financeiro nos dias de posse do novo governo. Na mesma penada, o Banco Central liquidou o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Uma rápida radiografia do BANESPA mostra o resultado da administração voltada para outros objetivos, além do serviço financeiro: um banco inchado de pessoal, com um braço que se propunha apenas a contratar pessoas destinadas a servir ao governo do Estado de São Paulo.

Um dos primeiros atos do interventor do BANESPA, Altino da Cunha, foi demitir 1.390 funcionários da subsidiária BANESPA Serviços Técnicos e Administrativos, BANESER, que tinham o salário médio de 7.194 reais. Somente neste ato, o interventor gerou um ganho de dez milhões de reais, mensais, para a instituição. Estudos realizados por empresas de consultoria na área de mercado financeiro revelam que o BANESPA trabalhava com um número de funcionários por agência muito superior à média dos maiores bancos privados brasileiros. Enquanto no BANESPA havia a média de 57 bancários para cada uma de suas 612 agências, o BRADESCO, o ITAÚ e o BAMERINDUS trabalham com a média de 33 funcionários. São 24 funcionários a mais em cada agência do BANESPA.

O BANERJ apresenta o mesmo problema. Tem, em média, 50 funcionários para cada uma de suas 238 agências. Daniel Coradi, consultor da Engenheiros Financeiros e Consultores disse ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 4 de janeiro de 1995, que "a interferência política na gestão do banco é prejudicial e é questionável o conceito de banco social. Uma instituição com ações na bolsa está sujeita à lei das Sociedades Anônimas e do ponto de vista jurídico é obrigada a apresentar demonstrativos financeiros com liquidez e lucros", acrescentou.

A política de intervenções não parou naqueles limites. O Banco Central decretou a intervenção no PRODUBAN, o Banco do Estado de Alagoas. No caso de Alagoas, a intervenção no PRODUBAN atendeu a uma solicitação do Governador Divaldo Suruagy. Segundo se informa no mercado financeiro, a intervenção no Banco do Estado de Mato Grosso é iminente. Depende, apenas, da decisão do Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, para ser decretada.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, relacionei, de maneira aleatória, a situação de alguns bancos estaduais no Brasil. A situação em todos eles, em maior ou menor medida, é semelhante. A administração política levou essas instituições à insolvência. São poucos os que se salvam. Mas nada indica que, ao final de quatro anos de administração, eles não venham, novamente, a recorrer ao Banco Central para superar eternos problemas de caixa. O Governador do Ceará, Tasso Jereissati, foi quem modificou a cantilena. Ele veio a público solicitar do Banco Central a privatização do Banco do Estado do Ceará que, segundo dados da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais, apresenta um lucro líquido de três milhões, 517 mil dólares.

A solução apresentada pelo Excelentíssimo Governador do Estado do Ceará parece ser, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a melhor e a mais indicada para romper esse círculo vicioso de crises financeiras estaduais. A cada quatro anos, quando um novo governo assume, os bancos mostram sua verdadeira situação. E o Banco Central realiza a intervenção, promete o saneamento, com base nos dados mostrados pelos próprios integrantes da instituição em exame, e, ao final do período, nada acontece. A privatização de todos os bancos estaduais é o caminho natural para solucionar esse problema recorrente da utilização política dos bancos estaduais.

Não parece, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que haja outra solução para remediar o problema. A gestão política, além do sacrificar essas instituições, impor gastos significativos de dinheiro do contribuinte, resulta em uma efetiva oposição aos planos de estabilização econômica. O Governo tenta, a nível federal, reduzir despesas, conter custos, cortar salários elevados de seus funcionários, mas os Estados concedem o que a União nega. Os supersalários dos funcionários do BANESPA, com média superior a sete mil reais, demonstram a realidade desses números. O Governo Federal foi obrigado a emitir reais, no valor de 1,8 bilhão, para socorrer entidades financeiras insolventes.

Esse é um problema específico dos bancos estaduais. Não se deve, no entanto, confundir o problema dos bancos comerciais estaduais com os bancos de fomento de desenvolvimento regionais e nacionais. O Banco da Amazônia, o BASA, e o Banco do Nordeste têm um papel a cumprir e não perturbam a ação da política econômica do Governo Federal. O Brasil precisa de desenvolvimento, um processo que se faz por intermédio de ações coordenadas no nível regional e nacional. O Governo, por intermédio de suas instituições de crédito, e as regiões, através das suas entidades creditícias, devem articular-se para elaborar planos de desenvolvimento.

Em diversas regiões do Brasil, o esforço de empresários e de autoridades de governo tem resultado em benefícios expressi-

vos para o País. No Nordeste, diversas empresas mudaram suas atividades para a região em busca dos benefícios ofertados pelos bancos de fomento. A mesma política é utilizada na Amazônia. A Zona Franca de Manaus é, hoje, uma luminosa realidade, que gera empregos, congrega centenas de empresas e produz riqueza na coração da floresta. Isso se deve, e muito, à ação do Banco da Amazônia, que financia empresas, orienta projetos e busca maior eficiência.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não se deve, a meu juízo, confundir a questão dos bancos estaduais, que são comerciais, com a dos bancos de fomento. Os bancos regionais auxiliam o Governo Federal na promoção do desenvolvimento. Os bancos estaduais, ao contrário, desobedecem as políticas financeiras, ultrapassam seus limites e vivem, constantemente, às portas do Banco Central, solicitando auxílio financeiro. Esses devem ser privatizados, para que a gestão política de entidades financeiras passe a ser, apenas, um capítulo da história do Brasil. Os bancos regionais, ao contrário, precisam ser reformulados, para que busquem ainda maior nível de eficiência. Mas precisam continuar a existir.

O mesmo raciocínio se aplica, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, à rede de funcionamento da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. São instituições tradicionais e centenárias no cenário nacional. Desfrutam de absoluta credibilidade junto ao cidadão brasileiro. São bancos que atendem às pessoas sem fazer as exigências dos demais bancos comerciais. O brasileiro sabe que encontra nas agências daquelas instituições pessoas iguais, semelhantes, amigas. O trabalhador pobre do interior pode ter sua conta no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica sem que lhe seja exigido o saldo médio. Essas instituições prestam um relevante serviço social.

É muito fácil aos técnicos da burocracia federal ditar ordens, desde Brasília, e decidir fechar dezenas de agências da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Eles, que vivem no conforto do ar condicionado e da proximidade de uma agência bancária, não imaginam o transtorno que podem criar ao tomar uma decisão como aquela. É fácil decidir assim no escuro, em abstrato. O funcionário graduado sai de Brasília e vai para sua espaçosa residência nos Jardins, em São Paulo, ou à beira-mar, no Rio de Janeiro. Ele não pode ter idéia do transtorno que cria para um brasileiro no interior, cujo contato com a agência do Banco é a sua janela para a sociedade.

O Banco do Brasil está em todos os municípios deste imenso país. É uma presença nacional. É um símbolo brasileiro. Mais que isso, o Banco é uma garantia de serviço, e bom serviço, nos quatro cantos do território nacional. Como já disse, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o brasileiro pobre, no interior, tem no Banco do Brasil um balcão de serviços, negócios e orientação financeira, indispensável num país que troca de moeda com a facilidade que as pessoas trocam de camisa. As pessoas recebem seus salários, seus ganhos e se informam no balcão do Banco do Brasil em todo o país.

A mesma coisa acontece em relação à Caixa Econômica Federal. É uma instituição respeitada, respeitável e sólida. Os brasileiros colocam sua poupança, desde os primeiros anos de vida, na Caixa. É ali que procuram financiamentos para a compra de casa própria. É ali que procuram seu Fundo de Garantia e outros rendimentos do trabalho assalariado. A Caixa é uma instituição nacional, que possui o respeito dos brasileiros. Não deve ser mutilada. Não merece ter agências fechadas, em nome da eficiência da política econômica do Governo Federal.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores. Estou-me dirigindo ao Plenário dessa Casa para tentar demonstrar que a política de priva-

tização dos bancos estaduais é o caminho mais eficiente e rápido para reduzir déficits, conter custos, reduzir salários estratosféricos e acatar, na totalidade, as políticas financeiras do governo central. Ao contrário, os bancos de desenvolvimento regional precisam ser mantidos, redefinidos, e orientados para financiar o desenvolvimento. Essa é a sua função, que deve ser aperfeiçoada.

O Banco do Brasil, assim como a Caixa Econômica Federal, tem missões específicas. Constituem, um e outro, a janela através da qual o cidadão se relaciona com o Governo Federal. O cidadão paga Imposto de Renda naquele guichê. Recebe as orientações da Receita Federal. Paga impostos. Recebe salários. Na Caixa Econômica, o cidadão obtém empréstimos e se informa sobre os rendimentos do seu trabalho. Uma e outra instituições são necessárias ao brasileiro. Não devem ser mutiladas, nem ter agências fechadas. Ação neste sentido, além de não ter nenhuma repercussão relevante de política financeira, prejudica a vida do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Lúcio.

O SR. MARCO LÚCIO (PFL-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, sinto-me honrado pela oportunidade do espaço concedido por Vossa Excelência, onde expressarei algumas palavras de suma importância à nível nacional.

Antes, porém, agradeço a acolhida afetuosa feita pelos Excelentíssimos Senadores, no pequeno período de convivência neste Congresso Nacional. Pude conviver com os maiores líderes desta Nação, que com suas idéias, representam o verdadeiro pensamento do povo brasileiro. Homens próceres, que pelas suas experiências e pelas suas decisões contribuem na condução dos destinos do nosso País.

Encontro-me nesta cadeira em virtude da suplência de Senador conseguida no pleito eleitoral de 1986 e devido à vacância deixada pelo Senador da República, Dr. Wilson Barbosa Martins, que, pela segunda vez, governa o Estado do Mato Grosso do Sul.

Presto, ainda, nesta oportunidade, homenagem a um grande amigo, orientador e incentivador, que me lançou na vida política, Dr. Francisco Leal de Queiroz, homem público que tem contribuído para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e principalmente para o progresso de nossa terra natal, a cidade de Três Lagoas/MS.

Sr. Presidente, como homem vindo do povo, acostumado a ouvir os problemas e anseios da nossa população, venho aqui trazer uma das grandes preocupações de nossa sociedade.

Refiro-me à situação da saúde, pois é do conhecimento de todos que o Executivo tem dificuldade de repassar recursos para essa área. O Brasil investe cerca de 72 dólares por ano por habitante, enquanto em países mais avançados o investimento ultrapassa 1.500 dólares **per capita**.

Isto implica o grave quadro da saúde pública causando grande transtorno no atendimento de endemias, como a malária, a dengue, a tuberculose, a hanseníase, a AIDS, a verminose e, principalmente, a desnutrição.

A saúde pública é falha em todos os níveis de atendimento, desde a mais simples, preventiva, até as de níveis de qualificação superior, como é o caso dos hospitais terciários, que hoje estão se sucateando.

Nota-se, como exemplo o Sistema Único de Saúde – SUS, um achatamento no investimento, pois o médico recebe dois reais por consulta. Informo ainda a Vossas Excelências que a diária hospitalar é de apenas 5 reais por leito, incluindo cama, café da manhã, almoço, jantar, além do pessoal técnico para o atendimento que tem que ser altamente especializado.

Pela melhoria da qualidade de vida, subte-se reinvestimento no saneamento básico, como água encanada e esgoto à toda população; bem como, habitação, transporte, emprego e salários justos.

Evidente que é preciso repensar a saúde pública, repassando recursos aos órgãos executores em quantia condizente com a realidade da saúde do povo brasileiro.

Para uma análise mais profunda do quadro da saúde e principalmente da assistência médica, transcrevo a pesquisa realizada, com assessoramento do Consultor Legislativo Luiz Carlos Romero, sobre o assunto em pauta.

FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

1. Os novos paradigmas

Até 1988, a assistência médica era entendida como um benefício da Previdência Social, isto é, o acesso a ela era limitado à condição de contribuinte. O INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – organismo estatal responsável pela prestação de assistência médica, compunha o SINPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.

A Constituição de 1988 alterou este modelo: assistência médica passa a ser conceituada como uma ação de saúde e esta passa a compor um Sistema de Seguridade Social, entendida como um conjunto integrado de políticas nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

O novo sistema perde sua característica contratualista e a saúde – e a assistência médica – passam a ser um direito de cidadania, universal, a ser assegurado pelo Estado, através de políticas sociais.

O novo modelo, de inspiração nitidamente social-democrata, aproximado da lógica dos Estados de Bem-Estar Social europeus, tem, além destas características, algumas diferenças que o singularizam: a descentralização político-administrativa; a busca de mecanismos redistributivos de benefícios e serviços; a garantia de espaço para o mercado, como coadjuvante do Estado na produção e prestação de serviços – sob regulação e controle estatal – e a instituição de mecanismos de controle social.

Fica evidente que a universalização do direito de acesso a estes bens e serviços bem como o seu alto custo – que no caso da assistência médica é crescente – necessita de um sistema de financiamento que não apenas aumente o aporte de recursos para o setor como garanta a manutenção deste financiamento, em especial frente a contingências recessivas.

A Constituição de 1988 previu tal sistema.

2 – O sistema de financiamento

A Constituição de 1988 estabelece que o sistema de seguridade social terá um orçamento (Orçamento da Seguridade Social), estabelecido por lei orçamentária anual e será financiado com recursos provenientes de:

a) os Orçamentos (fiscais) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e

b) contribuições sociais:

- dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro,
- dos trabalhadores,
- sobre a receita de concursos de prognósticos.

As contribuições sociais constituem, atualmente, cerca de 25% das receitas da União (segundo dados do Tesouro Nacional, as contribuições sociais constituíram 27,6% do total de receitas correntes do Tesouro Nacional no mês de junho de 1994) e, dentre as contribuições sociais, toma relevo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), que representa 46,4% do total de contribuições sociais (ver Tabela 1) e cujas receitas vem crescendo a altas taxas, em especial no último semestre de

1994.

Tabela 1 – Receitas do Tesouro Nacional em Contribuições Sociais – junho de 1994

CONTRIBUIÇÃO	Valor (em R\$ 1,00)	%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	584.259.064,66	46,4
PIS/PASEP	369.054.410,81	29,3
Contribuição Social sobre Lucro das Pessoas Jurídicas	198.689.397,10	15,8
Demais contribuições sociais	106.210.071,18	08,5
Total de contribuições sociais	1.258.212.963,75	100,0

Para a maioria dos especialistas na matéria, o sistema de financiamento que dispõe a Constituição de 1988 seria suficiente para garantir a ampliação das coberturas pretendidas, não fossem alguns sérios obstáculos interpostos a sua implementação.

3. Os obstáculos

A primeira dificuldade consistiu na não implantação do Sistema de Seguridade previsto no Texto Constitucional, obstaculizada, na opinião do Senador Almir Gabriel, um dos mentores da idéia e redator da Comissão da Ordem Social na Constituinte, pela fragmentação e ultrassetorialização da burocracia estatal nestas áreas, do clientelismo, corporativismo e fisiologismo herdados do regime autoritário e reciclados nos últimos anos. Estes fatores constituíram-se e ainda constituem sérios obstáculos à plena integração funcional das áreas de saúde, previdência e assistência.

Neste sentido o referido sistema não se estruturou, não existem nem mecanismos nem vontade de controle político de fazer cumprir os dispositivos constitucionais sobre a matéria, inclusive no que diz respeito a destinação dos recursos orçamentários, e o orçamento da seguridade social constitui, hoje uma peça inútil.

O segundo grande obstáculo consiste na ausência de uma clara definição em relação à destinação dos recursos da seguridade social quanto às suas diferentes destinações, permitindo que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento passassem a adotar conceitos elásticos, enquadrando como financiáveis com recursos da seguridade um conjunto de ações do governo (educação, pagamento de pessoal civil e inativos) em detrimento das ações de saúde, previdência e assistência.

É estimado que este artifício desviou, no ano de 1993, cerca de 25% dos recursos que deveriam ter sido postos à disposição do Ministério da Saúde.

Nas palavras do Prof. Dércio Munhoz, da Universidade de Brasília, "a Seguridade Social passou a ter uma infinidade incontável de sócios a disputar as chamadas receitas de contribuições sociais, desviadas para as mais diferentes finalidades e sob critérios de classificação absolutamente arbitrários, contrariando o espírito e a letra da Nova Constituição".

Uma decorrência desta situação – além, é claro, do sucateamento do setor – é a permanente "queda de braço" – na linguagem da imprensa – entre os Ministros da Saúde e da Fazenda e entre os Ministros da Saúde e da Previdência que vimos assistindo nos últimos anos onde ganha ou o Ministro politicamente mais forte ou quem administra o caixa.

Em pior situação ficou a saúde e assistência médica em particular. A previdência só foi poupada de um desvio maior de recursos em razão da resistência encontrada no Congresso pela área econômica do Governo nas suas tentativas de centralizar no Te-

souro a arrecadação das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários.

Na medida em que o pagamento da dívida interna é a prioridade real do Governo, estes mecanismos acima apontados estão desviando não apenas recursos de fonte tributária como de contribuições sociais para aquela finalidade, em detrimento da finalidade constitucionalmente definida.

Em que pese o aumento da arrecadação das contribuições sociais e da COFINS em particular os repasses ao Ministério da Saúde tem sido inferiores às necessidades da área e da assistência médica em especial.

A descentralização insipiente – constituindo mais uma frustração do preceito constitucional e da Lei Orgânica da Saúde – é outro obstáculo ao adequado financiamento das ações da assistência médica. Apenas 25 municípios brasileiros recebem, atualmente, recursos federais de forma direta e automática. Aponta-se como promissor que cerca da metade dos municípios estejam iniciados no processo de municipalização – descentralização e alguns resultados obtidos nos últimos anos a nível da gestão federal do SUS.

Ao lado desta lentidão no processo de descentralização encontra-se a quase universal ausência de controle social preconizada pela Constituição: o número de Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde efetivamente implantados e atuantes é muito pequeno.

Por fim cabe citar a corrupção como um dos importantes obstáculos ao adequado financiamento da assistência médica, desviando os já poucos recursos. A CPI da Câmara dos Deputados que investigou o INAMPS, no ano passado, descobriu um desvio de um bilhão e seiscentos milhões de dólares no ano de 1994 e uma investigação, solicitada pelo Ministério da Saúde, evidenciou que em 28% dos casos havia problemas no faturamento das contas apresentadas pela rede contratada.

4. Os números

Os gastos com assistência médica representam, proporcionalmente, o maior volume dos gastos com saúde. Nos anos de 1992 e 1993 a unidade orçamentária "INAMPS" executou 78,5 e 78,0 % dos gastos totais do Ministério da Saúde, representando um dispêndio total de 4,84 e 5,82 milhões de dólares americanos, respectivamente.

A análise das séries históricas recentes sobre os gastos federais com saúde mostram volumes decrescentes (em dólares) destes gastos entre 1989 e 1992 e uma recuperação lenta entre 1993 e 1994, quando recuperou-se o nível de gastos de 1993 ou seja, cerca de 11,4 milhões de dólares ao ano (ver tabela 2).

Tabela 2 – Gastos federais em saúde em dólares, em dólares per capita e em percentual do PIB.

1989	1990	1991	1992	1993	1994
US\$ 1 milhão	11,3	9,5	7,9	6,6	8,8
US\$/capta	79,1	65,0	53,0	44,0	57,3
% do PIB	2,4	1,9	1,9	1,6	2,0

A análise destes dados explica – pelo menos em parte – porque as condições de saúde do povo brasileiro estão como estão e porque os serviços de saúde encontram-se no caos em que se vêem.

Os investimentos em saúde que o governo brasileiro vem fazendo nos últimos anos são absolutamente insuficientes frente a demanda. Países com melhores níveis de saúde e redes de serviços melhor estruturadas e mantidas fazem investimentos anuais no mínimo três vezes maiores. Os investimentos em saúde de países desenvolvidos variam de 6 a 12% dos seus respectivos PIB.

A natureza da rede prestadora de serviços de assistência médica, financiada com recursos públicos, mudou significativamente nos últimos anos: enquanto em 1984 a totalidade dos gastos com internação de pacientes (AIH) se realizavam através do pagamento de uma rede contratada (privada, lucrativa), a partir dos últimos anos da década de 80 passam a ser mais e mais financiadas as redes pública e filantrópica (ver tabela 3).

Estão credenciados pelo SUS a prestar assistência médica em regime de internação, hoje, 6134 estabelecimentos hospitalares.

Tabela 3 – Percentual de gastos federais com internação segundo a natureza das redes prestadoras do serviço no período de 1984 a 1994.

rede/ano	84	97	90	93	94
estatal	-	3,8	13,3	31,0	-
contratada	100,0	96,2	51,1	39,6	38,8
filantrópica	-	-	35,6	29,4	-
sindicatos	-	-	-	0,0	-

Despeço-me deste Parlamento, na certeza gratificante do grande aprendizado que tive junto aos ilustres Senadores.

Aos senhores funcionários e assessores, a grata e eterna satisfação pelo mais atencioso atendimento a minha pessoa e ao povo da minha terra.

Aos companheiros e conterrâneos, ora eleitos Senadores por Mato Grosso do Sul, Dr. Ramez Tebet, Sr. Lúdio Coelho, sucesso neste Congresso Nacional. Ao ilustre Senador Levy Dias, que continue, como sempre fez, atuante em seus propósitos.

Deus abençoe os trabalhos dos Srs. Senadores, em prol da justiça e desenvolvimento do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Alfredo Campos – Amir Lando – Aureo Mello – Beni Veras – Coutinho Jorge – Esperidião Amin – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Henrique Almeida – José Paulo Bisol – José Sarney – Meira Filho – Onofre Quinan – Pedro Simon – Raimundo Lira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 142, de 1995

Nos termos do artigo 13, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito autorização para me afastar da Casa de 3 a 13 de fevereiro de 1995, período em que viajarei à República da Venezuela.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1995. – Senador **João França**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a autorização solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 143, de 1995

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno, requiero a Vossa Excelência seja considerada como licença autorizada minha ausência aos trabalhos dessa Casa nos dias 1º, 02, 03, 04, 05, 06, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 23, 30 e 31 do mês de janeiro de 1995, em virtude do cumprimento de compromissos partidários.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Cid Saiboa de Carvalho**.

REQUERIMENTO Nº 144, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do artigo 13, do Regimento Interno, requiero que seja considerado como licença autorizada meu afastamento dos trabalhos da Casa, nos dias 3 a 25 de janeiro de 1995, quando estive no Estado tratando de assuntos políticos e administrativos da Região Amazônica.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1995. – Senador **Carlos De'Carli**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 26 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 39, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do Brasil entre os dias 3 e 13-2-95, período em que viajarei à República da Venezuela.

Cordialmente, – Senador **João França**.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O comunicação lida vai à publicação.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA**– 1 –****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 2 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 3 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 4 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de **Educação**:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

– 5 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Florianópolis, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 6 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1993 (nº 293/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stéreo FM Lagoa Santa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, tendo

– Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de **Educação**.

– 7 –**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 9 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de **Educação**:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de **Educação**.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1993 (nº 307/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Amazônia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 18 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislati-

vo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 19 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda., atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 20 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 21 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de **Educação**)

- 23 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de **Relações Exte-**

riores e Defesa Nacional.

- 24 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1994 -
COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Ney Maranhão, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania.**

- 25 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

(Dependendo de pareceres das Comissões de **Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura**)

- 26 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá nova redação aos arts. 1º e 7º da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e prorroga o prazo previsto em seu art. 15. (Dependendo de parecer da Comissão de **Assuntos Econômicos**)

- 27 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111, DE 1994
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 111, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, modificando, nas Comissões Permanentes, o número de membros, o quorum e os horários de reuniões, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de **Constituição, Justiça e Cidadania e da Diretora**)

- 28 -

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de **Assuntos Econômicos**)

- 29 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 94, de 1994)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122,

de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que cria a Comissão de Ciências e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de **Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora**)

- 30 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1994

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 122, de 1993)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Educação em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de **Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora**)

- 31 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1992 (nº 1.002, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se referem os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto, com Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, em substituição à Comissão de **Assuntos Sociais**.

(Dependendo de parecer sobre a Emenda nº 3, de Plenário)

- 32 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1994 (nº 3.172/92, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em municípios do interior, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição à Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**.

- 33 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal, tendo

Parecer contrário, proferido em Plenário, Relator: Senador Ronan Tito, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

- 34 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1994 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 227, de 1994 da Comissão de

- **Assuntos Econômicos**, favorável ao Projeto com emendas 1 e 2-CAE, que apresenta.

- 35 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudos de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários. (Dependendo de parecer da Comissão de **Assuntos Econômicos**)

- 36 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Dirceu Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança. (Dependendo de parecer da Comissão de **Constituição, Justiça e Cidadania**)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h42min.)

MESA

Presidente

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PPR _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PDT _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PPR _ PI

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Fernando Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Antônio Mariz

Aluízio Bezerra

Gilberto Miranda

Jacques Silva

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

Almir Gabriel

Teotônio Vilela Filho

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares

Guilherme Palmeira

João Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Magno Bacelar

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Moisés Abrão

Affonso Camargo

Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

LIDERANÇA DO PMN

Líder

Francisco Rollemberg

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa – Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramais: 311-3938 / 311-3939
Subsecretaria de Comissões: Diretor: Raimundo C. Silva
Ramais: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
 Presidente: Vago
 Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaça	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Jacques Silva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Márcio Lacerda	MT-3029/30	Mauro Benevides	CE-3194/95
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38
PFL			
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Marco Maciel	PE-3197/98
Guilherme Palmeira	AL-3245/46	Ailton Oliveira	AP-3191/92
Lourival Baptista	SE-3027/28	Jônice Tristão	ES-3131/92
Odacir Soares	RO-3218/19	João Rocha	TO-4071/72
PSDB			
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Almir Gabriel	PA-3145/46
Mário Covas	SP-3177/78	Teotônio Vilca Filho	AL-4093/94
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Albano Franco	SE-4055/56
PPR			
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Hydekêl Freitas	RJ-3082/83
Espiridião Amin	SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PP			
Vago		João França	RR-3067/68
PDT			
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
PTB			
José Eduardo	PR-4064/65	Marluce Pinto	RR-4062/63
PRN			
Aurco Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
PSB+PT+PMN			
José Paulo Bisol	RS-3224/25	Francisco Rollemberg	SE-3032/34

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes
Fones da Secretária: 311-3972/4609/4612
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões – Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
 Presidente: Senador Jutahy Magalhães
 Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59

Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Suruagy	AL-3180/85	José Fogaça	RS-3077/78
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronan Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Vago	
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Jacques Silva	GO-3133/34
Márcio Lacerda	MT-3029	Vago	
Vago		Vago	

PFL

Lourival Baptista	SE-3027/28	João Rocha	TO-4071/72
Dario Pereira	RN-3098/99	Marco Maciel	PE-3197/99
Odacir Soares	RO-3218/19	Hugo Napolcão	PI-3085/86
Alexandre Costa	MA-3070/71	Raimundo Lira	PH-3201/02
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Maurício Corrêa	DF-3127/28
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94
Albano Franco	SE-4055/56	Joaquim Beato	ES-3203/04

PPR

Afonso Camargo	RR-3062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
Lucídio Portella	PI-3055/56	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Carlos De'Carli	AM-3079-80	Levy Dias	MS-3015/17

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Darcy Ribeiro	RJ-4221/30
Magno Bacelar	MA-3074/75	Vago	

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Jonas Pinheiro	AP-3206/07
---------------	------------	----------------	------------

PRN

Aurco Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

Secretário: Raymundo Franco Diniz
Telefones: Secretaria: 311-515/4608/7285
Sala de reuniões: 311-3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 – Ala Sen. Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: João Rocha
 Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares		Suplentes	
PMDB			
Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaça	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
Alfredo Campos	RO-3064/65/66	Coutinho Jorge	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Suruagy	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Jacques Silva	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15
PFL			
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Dario Pereira	RN-3098/99
Raimundo Lira	PB-320/02	Odacir Soares	RO-1118/19
Ailton Oliveira	AP-3191/92/93	Hugo Napolcão	PI-3085/87
Jônice Tristão	ES-3131/32	Josaphat Marinho	BA-3173/75
João Rocha	MA-4071/72	Marco Maciel	PE-3197/98

PSDB

Fernando H. Cardoso	SP-311/18	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Jutahy Magalhães	BA-3171/72

PPR

Afonso Camargo	PR-3062/63	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Espíndio Amin	SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Moisés Abrão	TO-3136/37	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Irapuan Costa Júnior	GO-3089/90	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Meira Filho	DF-3222/05		

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Vago	

PTB

Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
--------------	------------	-------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3516/4605/4683

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)

Presidente: Alfredo Campos

Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Gersonn Camata	ES-3203/04	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Alexandre Costa	MA-3069/70	Marco Maciel	PE-3197/98
Lourival Baptista	SE-3027/28	Odacir Soares	RO-3218/19
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Josaphat Marinho	BA-3173/74

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fernando H. Cardoso	SP-3171/78

PPR

Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
---------------	------------	------	--

PRN

Vago		Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71
------	--	-----------------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	SP-3221/15/16	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 311-3259/3496

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Coutinho Jorge	PA-3050/53
César Dias	RR-3064/65	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Jaques Silva	GO-3134/35

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Airton Oliveira	AP-3191/92	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Jônice Tristão	ES-3131/32	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Odacir Soares	RO-1118/19	Lourival Baptista	SE-3027/28

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64
Albano Franco	SE-4055/56	Maurício Corrêa	DF-3127/28

PPR

Hydekel Freitas	RL-3028/83	Afonso Camargo	PR-3062/63
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espíndio Amin	SC-4206/07
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Moisés Abrão	MT-3136/37

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PTB

José Eduardo	PR-4059	Marluce Pinto	RR-4062/63
--------------	---------	---------------	------------

PRN

Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71	Vago	
-----------------------	------------	------	--

PSB/PT/PMN

Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Eduardo Suplicy	SP-3213/15
----------------------	------------	-----------------	------------

Secretário: Celso Parente _ Ramais 311-4354/7284/4607

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
 Presidente: Valmir Campelo
 Vice-Presidente: Vago

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Airton Oliveira	AP-3191/92	Jônice Tristão	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Lourenber N. Rocha	MT-3035/36	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espiridião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PSB/PT/PMN

José P. Bisol	RS-3224/25	Francisco Rollemberg	SE-3032/33
---------------	------------	----------------------	------------

Secretária: Mônica Aguiar Inocente**Ramais:** 311-3498/4682**Reuniões:** Quintas-feiras, às 14 horas**Local:** Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 3121**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

Presidente:
 Vice-Presidente:
 (17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares**Suplentes****PMDB**

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Airton Oliveira	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		

PPR

Esperidião Amin	SC-4206/07	Afonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
-------------	------------	-----------------	------------

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89
----------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02
--------------	------------

Reuniões:

Sala nº - Ala Sen. Alexandre Costa

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda
Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice
comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

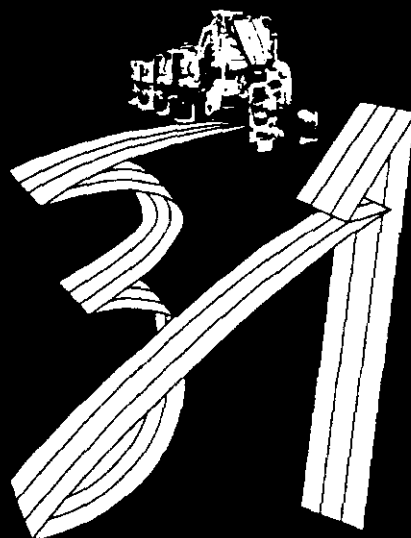
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS